

MEMÓRIAS

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA

*. posse . novo edifício .
medalha do mérito . discursos .*

01
2013

MEMORIO

TRIBUNAL

DE SANTA CRUZ

ÓRIAS

DE CONTAS

CATARINA



CONSELHEIROS

Salomão Ribas Junior — Presidente

Luiz Roberto Herbst — Vice-Presidente

César Filomeno Fontes — Corregedor-Geral

Wilson Wan-Dall

Herneus De Nadal

Julio Garcia

Adircélio de Moraes Ferreira Junior

AUDITORES

Cleber Muniz Gavi

Gerson dos Santos Sicca

Sabrina Nunes locken

MEMÓRIAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DE SANTA CATARINA

Florianópolis

2013

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA
Assessoria de Comunicação Social (ACOM)
Divisão de Publicações (DIPU)

SUPERVISÃO	Conselheiro Luiz Roberto Herbst
COORDENAÇÃO EDITORIAL E TEXTOS	Assessoria de Comunicação Social
REVISÃO GRAMATICAL	Márcia Regina Barreto Moraes (ACOM/DIPU)
FOTOGRAFIA	Douglas Santos (ACOM)
PLANEJAMENTO GRÁFICO	Ayrton Cruz
IMPRESSÃO	Webergrafic Comércio de Materiais Gráficos Ltda.ME
TIRAGEM	1.000 exemplares

Catálogo na publicação
Biblioteca Nereu Corrêa

S231m Santa Catarina. Tribunal de Contas Memória: posse, novo edifício, medalha do mérito, discursos. / Santa Catarina. Florianópolis : TCE/ACOM, 2013.

96 p.: Il, color. (Memórias Tribunal de Contas de Santa Catarina, v. 1).

Memorial Tribunal de Contas de Santa Catarina.

1. Administração pública. 2. Memória institucional.
I. Tribunal de Contas - Santa Catarina - Memória. I. Série.

CDDir 341.3852

PEDIDOS DESTA PUBLICAÇÃO

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA
ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL — Divisão de Publicações
Rua Bulcão Viana, 90 — CEP 88020-160 — Florianópolis/SC
Email: publicacoes@tce.sc.gov.br

“A memória, na qual cresce a história,
que por sua vez a alimenta, procura salvar o
passado para servir ao presente e ao futuro.”

Jacques Le Goff



SUMÁRIO

9	APRESENTAÇÃO
13	POSSE NO TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA (BIÊNIO 2013/2014)
15	INTRODUÇÃO
17	MANDATO
19	ATRIBUIÇÕES
25	CURRÍCULOS
29	A SESSÃO ESPECIAL DE POSSE
33	DISCURSOS

51	DESTAQUES DO DISCURSO DO CONSELHEIRO SALOMÃO RIBAS JUNIOR
59	INAUGURADO NOVO EDIFÍCIO-SEDE DO TCE/ SC
69	DISCURSOS
77	TCE/SC CONCEDE MEDALHA DO MÉRITO AO EX-PRESIDENTE DO STF CARLOS AYRES BRITTO
83	DISCURSOS

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que apresentamos o primeiro volume da série Memórias Tribunal de Contas de Santa Catarina, o qual registra acontecimentos e testemunhos relacionados ao Tribunal de Contas de Santa Catarina: a nova sede; a posse do atual presidente, conselheiro Salomão Ribas Junior; e a homenagem ao ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Ayres Britto. O pensamento do historiador francês Jacques Le Goff, aqui citado, enfatiza o propósito da série no sentido de que a memória alimenta em parte a história. Além disso, a série traz ao público leitor o que de mais recente marcou a transição e o que de mais recente tem marcado a atual gestão do TCE/SC.

Sobre a nova sede, comenta-se, neste volume, que a ideia de construí-la tomou vulto no ano de 2003, em uma das gestões do conselheiro Ribas Jr. à frente do Tribunal de Contas. À época foi realizada a compra do terreno da Associação Catarinense dos Engenheiros, que foi indenizada com a construção de sua atual sede no Continente. Os projetos e a construção do prédio ocorreram durante a gestão dos conselheiros Luiz Suzin Marini, Otávio Gilson dos Santos, José Carlos Pacheco, Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst e César Filomeno Fontes. Em 27 de novembro de 2012, em comemoração aos 57 anos de existência

do TCE/SC, o então presidente, conselheiro César Filomeno Fontes, inaugurava a sede, que uniu os conceitos de segurança, sustentabilidade e acessibilidade. “Proporcionar melhores condições de trabalho e de atendimento ao público externo, com toques marcantes de modernidade e respeito à acessibilidade e ao meio ambiente, foi o que se almejou em todas as etapas desta obra”, como bem resumiu o conselheiro Fontes sobre todo o processo de conclusão.

A posse do atual presidente realizou-se na sessão especial de 1º de fevereiro deste ano. No dia foram também empossados, para o biênio 2013/2014, os conselheiros Luiz Roberto Herbst, reconduzido como vice-presidente, e César Filomeno Fontes no cargo de corregedor-geral. O novo auditório contava com quase 400 pessoas, público esse formado por conselheiros, auditores substitutos de conselheiros e servidores do TCE/SC, ativos e inativos, familiares, autoridades e representantes da sociedade civil em âmbito federal, estadual e municipal.

Em seu discurso de posse, o presidente falou da necessidade de o TCE/SC adotar medidas para o aperfeiçoamento da fiscalização das contas públicas do Estado e dos 295 municípios catarinenses. “Os desafios a serem enfrentados exigirão providências de curto, médio e longo prazo”, frisou Ribas Jr.

A homenagem ao ministro aposentado do STF Carlos Ayres Britto foi realizada no dia 7 de março. Ele recebeu do TCE/SC a sua mais alta distinção: a Medalha do Mérito Tribunal de Contas. O ministro Ayres Britto, que também é jurista, conferencista, filósofo e poeta, recebeu ainda palavras de admiração e respeito, fundamentalmente pelo desempenho que teve na Suprema Corte e pelo reconhecimento da essencialidade dos tribunais de contas como órgãos de controle externo.

“Foi, seguramente, a mais abalizada voz a proclamar o caráter imprescindível e essencial das Cortes de Contas. Não como um simples órgão ‘acantonado na intimidade estrutural’ do Legislativo, mas como instituição autônoma (...)”, afirmou o conselheiro Herneus de Nadal.

Um pensamento norteou tanto os discursos da posse do conselheiro Salomão Ribas Junior como os da homenagem ao ministro aposentado Ayres Britto. Em linhas gerais, foi dito que as instituições públicas devem seguir estritamente o que determina a Lei Máxima (a Constituição), sem prescindir do respeito para com

os direitos individuais — tanto de seus membros constituintes como dos demais cidadãos.

Dois exemplos ilustram tal pensamento:

“Cumprir e fazer cumprir a Constituição e as leis, nessa ordem, é o quanto basta. É da Constituição que fluem os comandos para uma boa administração — direito fundamental de quarta geração”, enfatizou o presidente Salomão Ribas Junior em seu discurso de posse.

“(…) as instituições brasileiras, os agentes públicos brasileiros, estão finalmente compreendendo que este é o seu inarredável e único digno papel: cumprir o direito a partir da Constituição”, disse Ayres Britto em seu discurso de agradecimento pela homenagem que lhe foi atribuída.

Por fim, do constitucionalista francês Maurice Hauriou, criador do institucionalismo, esta apresentação deixa para a reflexão a ideia institucional como formuladora de regras de direito:

“(…) a instituição é uma organização social criada por um poder que dura porque contém uma ideia fundamental aceita pela maioria dos membros do grupo. (...) um fenômeno de interpenetração das consciências individuais, até porque são as consciências individuais que se pensam umas às outras e que, assim, se possuem umas às outras.”

É o registro a ser feito neste primeiro número da série Memórias Tribunal de Contas de Santa Catarina.



POSSE NO
TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA
(biênio 2013/2014)



INTRODUÇÃO

Em sessão especial, no dia 1º de fevereiro, tomaram posse os novos dirigentes do Tribunal de Contas de Santa Catarina para o biênio 2013/2014. O conselheiro Salomão Ribas Junior assumiu o cargo de presidente, o conselheiro Luiz Roberto Herbst foi reconduzido à vice-presidência, e o conselheiro César Filomeno Fontes foi empossado no cargo de corregedor-geral.



MANDATO

O mandato do presidente, do vice-presidente e do corregedor-geral tem duração de dois anos, sendo permitida a reeleição por igual período, conforme disposto no art. 267 do Regimento Interno do TCE/SC.



Regimento Interno

ATRIBUIÇÕES

Segundo a resolução nº TC-06/2001, que instituiu o Regimento Interno do Tribunal de Contas de Santa Catarina, as atribuições do presidente, do vice-presidente e do corregedor-geral são as seguintes.

Do presidente

Art. 271.

- I — dirigir os trabalhos e superintender a ordem e a disciplina do Tribunal;
- II — representar o Tribunal perante os Poderes da União, dos Estados e Municípios, e inclusive judicialmente, na forma da Constituição;
- III — nomear os conselheiros escolhidos pela Assembleia Legislativa, ressalvada a competência do governador para a nomeação dos conselheiros de sua escolha, prevista no art. 61, § 1º, da Constituição do Estado;
- IV — dar posse a conselheiro e auditor;
- V — conceder aposentadoria aos conselheiros e auditores;

VI — expedir atos de licença, férias e outros afastamentos de conselheiros e auditores, após deliberação do Tribunal Pleno;

VII — atender a pedidos de informações recebidos dos Poderes do Estado, quando nos limites de sua competência, dando ciência ao Tribunal;

VIII — velar pelas prerrogativas do Tribunal, cumprindo e fazendo cumprir a sua Lei Orgânica e este Regimento Interno;

IX — presidir as Sessões Plenárias;



X — convocar sessões especial, extraordinária e administrativa do Plenário, observado o disposto nos arts. 195, 196 e 198 deste Regimento;

XI — resolver as questões de ordem e os requerimentos que lhe sejam formulados, sem prejuízo de recurso ao Plenário;

- XII — proferir Voto de desempate em processo submetido ao Plenário;
- XIII — votar quando se apreciar arguição de inconstitucionalidade de lei ou de ato do Poder Público;
- XIV — atender a pedido de informação decorrente de decisão do Tribunal ou de iniciativa de conselheiro sobre questão administrativa;
- XV — cumprir e fazer cumprir as deliberações do Plenário e das Câmaras;
- XVI — autorizar o fornecimento de cópia de peça processual e juntada de documentos e a prorrogação, a pedido do interessado ou responsável, de prazos fixados em decisão do Tribunal Pleno e das Câmaras;
- XVII — decidir sobre pedido de sustentação oral, na forma estabelecida no art. 148 deste Regimento;
- XVIII — propor ao Poder Legislativo a fixação de vencimentos dos conselheiros e auditores;
- XIX — propor ao Poder Legislativo a criação, transformação e extinção de cargos e funções do quadro de pessoal, bem como a fixação da respectiva remuneração, observados os limites orçamentários fixados e os princípios reguladores do Sistema de Pessoal Civil do Estado de Santa Catarina;
- XX — assinar os acordos de cooperação de que trata o § 1º do art. 303 deste Regimento;
- XXI — dar ciência ao Plenário dos expedientes de interesse geral recebidos de qualquer dos Poderes do Estado, de Tribunais ou de outras entidades;
- XXII — designar os auditores para atuarem, em caráter permanente, junto às Câmaras, na forma estabelecida no § 4º do art. 183 deste Regimento;
- XXIII — convocar auditor para substituir conselheiro, na forma estabelecida no art. 181 deste Regimento;
- XXIV — assinar as deliberações do Plenário, na forma estabelecida nos arts. 256, 261 e 262 deste Regimento;
- XXV — assinar as atas das sessões plenárias, após sua aprovação pelo Colegiado;
- XXVI — nomear servidores para exercerem cargos efetivos e comissionados, e designar servidores para o exercício de função de confiança do Quadro de Pessoal do Tribunal;

XXVII — dar posse, decidir sobre a lotação e expedir atos de exoneração, dispensa, aposentadoria e outros relativos aos servidores do Tribunal;

XXVIII — aplicar ao servidor do Tribunal as penas disciplinares previstas no estatuto funcional;

XXIX — decidir sobre cessão de servidores do Tribunal, observado o disposto na Lei Orgânica e neste Regimento;

XXX — encaminhar à deliberação do Tribunal Pleno as questões administrativas de caráter relevante;

XXXI — submeter ao Tribunal Pleno as propostas que o Tribunal deva encaminhar ao Poder Executivo, referentes aos projetos de leis relativas ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual, observada a legislação pertinente;

XXXII — aprovar, anualmente, a programação financeira de desembolso do Tribunal;

XXXIII — movimentar os recursos orçamentários e financeiros à disposição do Tribunal, autorizar despesas e expedir ordens de pagamento;

XXXIV — expedir certidões requeridas ao Tribunal na forma da lei;

XXXV — constituir comissões e grupos de trabalho para promoverem estudos de interesse do Tribunal;

XXXVI — elaborar a lista tríplice segundo o critério de antiguidade e merecimento dos auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal, na forma estabelecida no art. 278, I, deste Regimento;

XXXVII — apresentar ao Tribunal Pleno, até 31 de março do ano subsequente, o relatório de atividades do exercício anterior, com os dados fornecidos até 31 de janeiro pelos órgãos auxiliares do Tribunal;

XXXVIII — autorizar a realização de inspeções nos casos previstos neste Regimento;

XXXIX — Expedir regulamentos, instruções normativas e portarias visando ao fiel cumprimento da legislação. (Inciso incluído pela Resolução nº TC-08/2004 — DOE de 29.11.04)

§ 1º O presidente poderá delegar as atribuições previstas nos incisos XVI, XXVII, XXIX, XXXIV e XXXV deste artigo.

§ 1º O presidente poderá delegar as atribuições previstas nos incisos XVI, XXVII, XXIX, XXXIII, XXXIV e XXXV deste artigo. (Redação dada pela Resolução nº TC-08/2004 — DOE de 29/11/2004)

§ 2º O presidente poderá delegar ao vice-presidente a supervisão de órgãos ou serviços do Tribunal.

Art. 272. Em caráter excepcional e havendo urgência, o presidente poderá decidir sobre matéria administrativa da competência do Tribunal Pleno, submetendo o ato à sua homologação em sessão administrativa a ser realizada em até oito dias.

Art. 273. Dos atos e decisões administrativas do presidente, caberá recurso ao Plenário.

Do vice-presidente

Art. 274.

I — substituir o presidente em suas ausências e impedimentos por motivo de licença, férias ou outro afastamento legal, e sucedê-lo, no caso de vaga, na hipótese prevista no § 2º do art. 267 deste Regimento;

II — presidir a Primeira Câmara;

III — supervisionar a edição de revista ou publicações do Tribunal;

IV — colaborar com o presidente no exercício de suas funções, quando solicitado;

V — assinar, na condição de relator, as decisões prolatadas em processos relatados por auditor;

VI — exercer as atribuições que lhe forem delegadas.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento do vice-presidente, o corregedor-geral substituirá o presidente, cabendo-lhe, ainda, assinar as decisões referidas no inciso V deste artigo.

Do corregedor-geral

Art. 275.

I — realizar as correições e inspeções nas atividades dos órgãos de controle, dos auditores e dos conselheiros, destinadas a verificar, em especial:

- a) a adequada distribuição dos processos;
- b) a observância dos prazos legais e regimentais;
- c) a observância da uniformidade das decisões do Tribunal de Contas.

II — instaurar e presidir processo administrativo disciplinar contra conselheiro e auditor, precedido ou não de sindicância;

III — propor medidas de racionalização e otimização do serviço dos órgãos de controle, de consultoria e na Secretaria Geral;

IV — propor providências com vistas a celeridade na tramitação de processos;

V — receber e processar as reclamações e representações formuladas contra conselheiros e auditores do Tribunal;

VI — exercer a supervisão dos serviços de controle interno do Tribunal;

VII — receber e decidir os pedidos de providências formulados à Corregedoria-Geral;

VIII — requisitar ao presidente os servidores, os materiais e as providências que se fizerem necessárias ao desempenho de suas funções;

IX — apresentar ao Plenário, até a última sessão do mês de março do ano subsequente, relatório das atividades da Corregedoria-Geral relativas ao exercício anterior;

X — exercer outras atribuições que lhe forem delegadas.

Parágrafo único. O corregedor-geral será substituído, em suas ausências e impedimentos, pelo conselheiro mais antigo em exercício no Tribunal.

CURRÍCULOS

Do presidente, conselheiro **Salomão Ribas Junior**

Salomão Ribas Junior nasceu em Caçador (SC), em 24 de abril de 1945. Formado em Direito, foi bancário, jornalista e radialista.

Ocupou cinco secretarias de Estado: Educação; Casa Civil; Cultura, Esporte e Turismo; Imprensa (interino); e Saúde e Promoção Social (interino). Foi consultor-geral do Estado e respondeu, interinamente, pelas funções delegadas ao vice-governador do Estado, e deputado estadual por duas vezes: 1983/1987 e 1989/1990. Como constituinte, presidiu a Comissão de Sistematização da Carta Estadual de 1989.

Foi aprovado em primeiro lugar em Direito no concurso público para técnico do TCE/SC, em 1990. Ingressou no órgão como conselheiro em 28 de agosto do mesmo ano. Como presidente, atuou nos anos de 1995, 1996, 1999, 2000 e nas gestões 2001/2003 e 2003/2005. Como vice-presidente, nos anos de 1991 e 1992, e como corregedor-geral, no biênio 2011/2012.

Como conselheiro, ocupou a presidência de associações representativas de âmbito nacional: Instituto Rui Barbosa (IRB) e Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon). Também foi secretário-executivo da Associação de Entidades Oficiais de Controle Público do Mercosul, organização essa que presidiu interinamente.

Ocupa a cadeira nº 38 na Academia Catarinense de Letras e é também membro do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, da Associação Catarinense de Imprensa e do Instituto de Direito Administrativo do Estado de Santa Catarina.

Como escritor, além de colaborar com diversos jornais e revistas e participar em antologias e coletâneas, tem publicadas várias obras e trabalhos, destacando-se, entre outras, as seguintes: *A Educação em Debate* (1976), *O Povo no Poder* (1977), *Considerações sobre a Reforma Tributária* (1983), *O Velho da Praia Vermelha e Outros Contos* (1993). Essa última serviu de base para o curta-metragem “*Perto do Mar*”, do cineasta Zeca Pires, lançado em fins de 2002. É autor também dos livros de não-ficção: *Uma Viagem a Hessen* (1996), *Retratos de Santa Catarina* (1998), *Corrupção Endêmica — Os Tribunais de Contas e o Combate à Corrupção* (2000) e *Ética, Governo e Sociedade* (2003).

Atualmente é doutorando em Direito pela Universidade de Salamanca (Espanha).

Do vice-presidente, conselheiro Luiz Roberto Herbst

O conselheiro Luiz Roberto Herbst nasceu em Mafra (SC), em 19 de outubro de 1955.

Ingressou no TCE/SC em dia 29 de março de 2000, no cargo de conselheiro. De 1º de fevereiro de 2011 a 31 de janeiro de 2012, foi presidente da Instituição. Além das atividades inerentes ao cargo, exerceu, em 2005 e 2006, a supervisão do Instituto de Contas. Foi corregedor-geral do órgão nos biênios 2007/2008 e 2009/2010.

É engenheiro civil formado pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (Furb) em 1981. Como experiência profissional, desenvolveu atividades na

área agrícola, foi professor do ensino médio em Blumenau, e também do ensino superior em Mafra.

Iniciou sua vida pública como vereador no município de Mafra, com mandato no período de 1989 a 1992. Foi eleito deputado estadual em 1994 e reeleito em 1998. Na Assembleia Legislativa, condiziu a segunda vice-presidência e a Comissão de Educação.

Do corregedor-geral, conselheiro César Filomeno Fontes

O conselheiro César Filomeno Fontes nasceu em Florianópolis (SC), em 4 de abril de 1948.

Ingressou no TCE/SC no dia 20 de outubro de 2005, nomeado pelo então governador do Estado em exercício, deputado Julio Garcia, para a vaga destinada a membro do Ministério Público junto ao TCE. Foi o primeiro procurador a assumir o cargo de conselheiro depois da promulgação da Constituição de 1988.

De 6 de fevereiro de 2012 a 31 de janeiro de 2013, foi presidente da Instituição. Também ocupou a vice-presidência, de março de 2010 a fevereiro de 2011. Além disso, exerceu o cargo de supervisor do Instituto de Contas, de 2007 a maio de 2010.

Formado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina em 1973, tem MBA — Administração Global pela Universidade Independente (UNI) de Lisboa (Portugal).

Ingressou no serviço público, em 1970, como oficial de gabinete do secretário do Interior e Justiça. Também exerceu os cargos de assistente da Coordenação das Organizações Penais do Estado; assessor jurídico do gabinete do secretário do Interior e Justiça; diretor administrativo, diretor técnico e presidente da Fundação Catarinense do Trabalho (Fucat); coordenador do Sistema Nacional de Emprego (Sine/SC); diretor da Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (Bescval); e diretor financeiro da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan).

Na vida pública, foi vereador da Câmara Municipal de Florianópolis por 16 anos (1972 a 1987). Neste período, assumiu os cargos de presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretário. Também foi presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal, relator do novo Plano Diretor, dos códigos de Obras e Edificações, de Posturas, de Loteamento e Arruamento. É autor da Lei nº 2.153, de 1984, que assegurou direitos aos portadores de deficiência no âmbito da Capital catarinense. Além disso, foi presidente da Associação de Vereadores da Grande Florianópolis e procurador-geral da União dos Vereadores de Santa Catarina (Uvesc).

Em 17 de maio de 1982, tomou posse no cargo efetivo de procurador do Ministério Público junto ao TCE. Por oito anos, foi procurador-geral — de 1992 a 1996 e de 2000 a 2004. De janeiro a outubro de 2000 e de outubro de 2004 a outubro de 2005, exerceu a função de procurador-geral adjunto. Também foi vice-presidente da Associação dos Procuradores junto aos Tribunais de Contas do Brasil (Anpcon).

A SESSÃO ESPECIAL DE POSSE

A sessão especial de posse, realizada no auditório do novo prédio do TCE/SC no dia 1º de fevereiro, foi prestigiada por cerca de 400 pessoas, público formado por conselheiros, auditores substitutos de conselheiros e servidores do TCE/SC, ativos e inativos, familiares, autoridades e representantes da sociedade civil em âmbito federal, estadual e municipal.

Entre as autoridades que marcaram presença, destacam-se o governador do Estado, Raimundo Colombo, o presidente do Tribunal de Justiça catarinense, desembargador Cláudio Barreto Dutra, o chefe do Ministério Público de Santa Catarina em exercício, procurador-geral de Justiça, José Galvani Alberton, o deputado estadual Manoel Motta — representando o presidente da Assembleia Legislativa, Joares Ponticelli —, o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), ministro Augusto Nardes, o deputado federal e ex-governador Esperidião Amin, o prefeito de Florianópolis, Cesar Souza Júnior, o presidente da Federação Catarinense dos Municípios, prefeito de Gaspar, Celso Zuchi, e o presidente da Câmara de Vereadores de Florianópolis, César Faria.

Também participaram, integrantes de tribunais de contas brasileiros — entre eles, os presidentes da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do



Brasil (Atricon), corregedor-geral do TCE do Mato Grosso, conselheiro Antônio Joaquim, do Instituto Rui Barbosa e do TCE do Tocantins, conselheiro Severiano José Costandrade de Aguiar, da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas Municipais, conselheiro do TCM da Bahia, Francisco de Souza Andrade Netto — e de ministérios públicos de contas, como o procurador-geral em exercício do MP junto ao TCE/SC, Aderson Flores, e o presidente da Associação Nacional do Ministério Público de Contas, procurador do MP/TCE/SC Diogo Rober-
to Ringenberg.





DISCURSOS

Do então presidente do TCE/SC, conselheiro César Filomeno Fontes

Na oportunidade em que tomei posse como presidente deste Tribunal de Contas, elenquei meus compromissos institucionais.

Durante o transcurso de 2012, no incessante trabalho em equipe e no comprometimento firmado por conselheiros, auditores e servidores deste Tribunal, assim como os procuradores e servidores do Ministério Público que junto a ele atua, posso afirmar ao final desta gestão que obtivemos êxito na busca por um controle externo ainda mais vigoroso e responsável.

Como instituição, foram intensificados os trabalhos de auditoria, bem como a promoção de palestras e cursos por meio do programa “TCE Orienta”.

Novos laços com Poderes e Órgãos cuja competência estava voltada, direta ou indiretamente, à fiscalização dos recursos públicos foram firmados.

E como não poderia deixar de ser, a valorização do servidor e a qualidade de vida dentro da Instituição receberam atenções constantes em todos os momentos da minha gestão.

Ciente de que o êxito desta administração centrou-se no apoio irrestrito do corpo funcional desta Casa, quero agradecer os diretores Edison Stieven, Luiz Carlos Wisintainer, Joseane Aparecida Corrêa, Raul Fernandes Teixeira, José Roberto Queiroz, Roberto Silveira Fleischmann, Hamilton Hoemke, Marcelo Brognoli, Névelis Simão, Reinaldo Gomes Ferreira, Kliwer Schmitt, Francisco Ferreira Filho, Paulo Riccioni Gonçalves, João Luiz Gattringer e Lúcia Helena Prujá, bem como a chefe de Gabinete da Presidência, Walkíria Machado Rodrigues Maciel e toda a equipe do Gabinete da Presidência, em nome dos quais estendo meus sinceros agradecimentos aos servidores, terceirizados e estagiários que acreditaram e, direta ou indiretamente, contribuíram com esta gestão.

Muito obrigado a todos!

Do procurador-geral do Ministério Público junto ao TCE, Aderson Flores

Com satisfação represento o Ministério Público de Contas nesta sessão em que se empossa o presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina para o biênio 2013-2014.

A ocasião é festiva porque esta casa estará sendo dirigida por um conselheiro experiente cujas qualidades todos conhecem.

Ainda ontem em telefonema a um amigo da Justiça do Trabalho, ele me perguntava sobre a posse de hoje, e confirmando que o presidente seria o conselheiro Salomão Ribas Junior, ele me disse que o Tribunal de Contas estaria em boas mãos, porque o conselheiro é homem culto, inteligente e conhecedor das contas.

Conselheiro Salomão, o momento é oportuno para elencar alguns temas que, a meu ver, têm ou vão ter grande importância no momento atual dos tribunais de contas.

Para usar uma expressão muito usada pelo conselheiro Salomão Ribas Junior, são temas que merecem uma maior reflexão.

Sem ordem de importância, são quatro questões:

- 1ª Eficácia das decisões dos tribunais de contas para fins de aplicação da lei da ficha limpa, tanto no que concerne a rejeição de contas de prefeituras, quanto no que diz respeito ao julgamento de atos de gestão.
- 2ª Piora nas contas dos entes públicos, no exercício de 2012, apenas no que diz respeito à União, a meta de superávit primário em 2012 (utilizado para pagar os juros da dívida) era de R\$ 139,8 bilhões, e o resultado somente foi alcançado mediante desconto dos gastos com o Programa de Aceleração do Crescimento, que somaram R\$ 39,3 bilhões).
- 3ª Projeto de reforma da Lei de Licitações, que tramita no Congresso Nacional, prevendo diversas alterações, entre elas: a impossibilidade de participação de pessoas físicas ou jurídicas que tenham feito doações eleitorais; a inversão de fases do procedimento; além de maior transparência com a publicação de dados na internet.
- 4ª Controle externo de obras e reformas em prédios públicos contemplando pleno acesso de pessoas com necessidades especiais.

Além desses temas surgem outros, muitas vezes ditados pelos fatos da vida.

E o exemplo advindo da cidade de Santa Maria é emblemático por demonstrar que precisamos discutir questões que muitas vezes não enxergamos, mas que, de alguma forma, envolvem a vida das pessoas.

No caso específico do fogo na boate do Rio Grande do Sul, fica nítido que, muitas vezes, o Poder Público não consegue se antecipar aos acontecimentos...

Fatos em relação aos quais o Poder Público fica de mãos atadas, a reboque do clamor e da comoção pública.

Enfim, essas são questões, algumas mais próximas ao dia a dia dos tribunais de contas, e outras mais imediatas, mas todas condizentes a demandas da sociedade.

O certo é que são matérias que devem ser objeto de envolvimento e de discussão por governantes, por parlamentares e pela sociedade; ou seja, por todos e cada um de nós.

Se por um lado há questões a serem refletidas, por outro há ocasiões propícias ao debate. Tenho a convicção que o conselheiro Salomão Ribas detém

as qualidades necessárias para bem administrar este Tribunal, assim como para liderar processos de discussão, colocando em foco as questões efetivamente importantes.

Isso porque o conselheiro Salomão Ribas tem experiência administrativa na direção de órgãos públicos. Tem experiência na condução de colegiados (já demonstrada, aliás, nas vezes em que foi presidente desta casa). Acima de tudo, o conselheiro Salomão é um estudioso, qualidade demonstrada em sua vida acadêmica, em seus livros e nos debates do Pleno do Tribunal.

De fato, como dizia o meu amigo da Justiça do Trabalho, o Tribunal de Contas de Santa Catarina está em boas mãos.

Conselheiro Salomão, quero concluir com uma citação sua a Santa Agostinho, contida na obra “Corrupção Endêmica”:

“Ora como se tudo dependesse de Deus, e trabalha como se tudo dependesse de ti (...) luta contra a corrupção como se pudesse vencê-la de todo; contempla com serenidade que ela subsiste, porque a imperfeição dos seres humanos é inventável.”

Com sinceridade, conselheiro Salomão, desejo que sua gestão seja profícua, repleta de coisas boas para Vossa Excelência e para o Tribunal de Contas, com reflexos positivos na sociedade catarinense.

E faço votos que Vossa Excelência continue conquistando vitórias, crescendo profissionalmente, com paz, saúde e harmonia, na família e no trabalho.

Os cumprimentos são extensivos ao conselheiro Luiz Roberto Herbst, vice-presidente desta casa, e ao conselheiro César Filomeno Fontes, corregedor.

Coisas boas para a nova Administração do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Agradeço a todos a atenção que me foi dispensada.

Do presidente da Atricon, conselheiro Antonio Joaquim

Senhoras e senhores, a história nos ensina que a motivação da amizade é um dos principais motores a mover os homens. É verdade que ela concorre com outras motivações poderosas como o medo, a ganância, a curiosidade, a necessidade e a fome. Mas a amizade é de todos os motivos certamente o mais nobre, o mais sincero. Como disse um poeta, ela resiste ao tempo, resiste ao silêncio e resiste à distância. A amizade é uma motivação diferenciada porque ela nos move de maneira consciente. Sabemos aonde queremos chegar e, por conta disso rumamos com alegria e paz no coração. É por um motivo deste calibre, desta envergadura, que estamos aqui presentes, companheiros de várias regiões do Brasil, conselheiros de vários estados. Estamos aqui reunidos para prestigiar um homem que nos motiva a atravessar o País inteiro pelo simples ato de vir aqui cumprimentá-lo por uma nova missão. Mas também porque, além de ser uma das mais importantes e reconhecidas lideranças em nosso meio, Salomão Ribas Junior é um ser humano especial, um líder que vale a pena. É o tipo de ser humano para o qual é difícil dizer não, seja pela sua integridade, honestidade, grandeza de propósito e visão republicana dos assuntos de estado, seja também pela sua firmeza. Tem horas que ele é firme mesmo. Objetividade, persistência e lucidez na condução da atividade que por missão aproxima a maioria de nós aqui presentes que é o controle da gestão dos recursos públicos.

Senhores, creio que todos aqui sabem, pelo menos os do nosso meio, que a minha eleição para a presidência da nossa Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) é obra e graça de Salomão. Ele era o candidato natural há um ano, na condição de presidente da Atricon à reeleição. Era uma tradição a reeleição de todos os presidentes. E ele era responsável naquele momento pela transição do papel da Atricon — uma associação de 20 anos de existência, mas que tinha o foco muito mais voltado para o corporativismo — legítimo e necessário. Ele estava liderando uma transição para uma associação que também passasse, como hoje e ainda na sua gestão, a focar nas questões de políticas institucionais,

além da política corporativa. Uma instituição com foco bem planejado e bem determinado na consolidação do sistema de controle externo do Brasil. Mas Salomão não pôde continuar e, como líder corajoso, resolveu indicar um de seus liderados para sucedê-lo, sem que este tivesse oportunidade de recusar esta escolha. Eu — que não queria e não tinha tanto tempo disponível para esta missão — já estou caminhando para meu último ano de mandato. É, o biênio que termina este ano, e não sou candidato à reeleição. Sou testemunha direta do poder da liderança e do convencimento do nosso amigo. Agora, como dirigente da nossa associação, estou aqui colocando-me à disposição para o que for necessário na sua gestão, Salomão. Embora creia que nem será preciso, dado a sua rara inteligência e a sua capacidade, o seu conhecimento e a sua experiência de outras gestões como presidente desta casa e de outros cargos.

O Brasil — tenho certeza — ganhará com este ato de posse. Como presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, Salomão Ribas vai emprestar todo seu prestígio comprovado por esta solenidade e o prestígio desta instituição para as nossas lutas, as lutas da Atricon. São lutas que interessam à sociedade brasileira, ao cidadão brasileiro, são lutas republicanas, pois vão consolidar o sistema de controle externo. Como algumas que citarei: a aprovação da proposta de emenda constitucional que cria o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, ente público que vai harmonizar as ações e uniformizar procedimentos, e fiscalizar os tribunais de contas do Brasil, a exemplo do CNJ. Reputo que a criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, através desta proposta pronta para ser votada, deputado Amin, na Câmara Federal, é um marco histórico na consolidação definitiva do controle externo brasileiro. Também vai nos ajudar a defender a proposta de emenda constitucional, apelidada de bengala, que eleva de 70 para 75 anos a aposentadoria compulsória. E vocês todos, nós todos, o Brasil inteiro testemunhou a questão... Foram obrigados a se aposentar dois ministros do Supremo Tribunal Federal, que vocês testemunharam na televisão, no julgamento do mensalão, a sua lucidez, a sua capacidade técnica como seres humanos, no auge de suas energias, o ministro Cezar Peluso e o ministro Carlos Ayres Britto. Um prejuízo incalculável à justiça brasileira. Portanto, esta é realmente uma luta de interesse público.

Não podemos esquecer também que Salomão coordena uma das ações mais importantes para os tribunais de contas que é a lei nacional processual. Ou seja, os tribunais de contas precisam de uma lei nacional que harmonize todos os procedimentos processuais no Brasil inteiro. Os tribunais não são ilhas. O Tribunal de Santa Catarina é o mesmo de Pernambuco, do Rio Grande e do Acre. Enfim, é do mesmo País, é do mesmo sistema. Esta lei nacional de julgamento de contas harmoniza e dá coerência a todas as nossas atitudes processuais.

Salomão Ribas, meu amigo, nosso amigo, encerro minhas palavras desejando-lhe sucesso nesta nova, mas já conhecida por você empreitada, que é presidir o Tribunal de Contas de Santa Catarina. Para você que é também radialista, jornalista, escritor, poeta, com a devida licença dos nossos amigos, Thiers Montebello, presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, Francisco Neto, presidente da Associação Brasileira dos Tribunais de Contas Municipais, que também são culpados pela minha indicação para presidir a Atricon, vou citar Fernando Pessoa, que em um de seus poemas mais conhecidos pela população pergunta e também responde: “Valeu a pena? Tudo vale a pena se a alma não é pequena.” Sim, valeu a pena estar aqui hoje, Salomão. Valeu a pena, você é um amigo, é um líder que vale a pena. Um abraço a todos.

Do presidente do TCE/SC, conselheiro Salomão Ribas Junior

Ao jurar, uma vez mais, cumprir e fazer cumprir as constituições e as leis do meu Estado e do meu País muitas recordações me povoam o cérebro e muitos são os sentimentos que dominam minha alma e coração. O lado esquerdo do meu cérebro povoado pelas ideias e dominado pelo raciocínio lógico me faz recordar os vestígios de minhas passagens anteriores pela direção superior do Tribunal de Contas. Vejo ideias que deram certo e que nasceram em minhas sucessivas gestões. Vejo outras ideias nascidas da inteligência dos meus sucessores e que também deram certo.

É sobre estas que me debruçarei no primeiro momento elegendo o princípio da continuidade administrativa como o orientador de minha ação.

De outro lado, esta nova gestão não será uma repetição ou uma reprise. Eu não sou o mesmo, o Tribunal não é o mesmo.

Cumprir e fazer cumprir a Constituição e as leis, nessa ordem, é o quanto basta. É da Constituição que fluem os comandos para uma boa administração — direito fundamental de quarta geração. É dela que se colhe o dever da probidade e o respeito aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37).

É nela, a Constituição, que encontramos as palavras controle e fiscalização repetidas dezenas de vezes. É nela que encontramos o estímulo para ações transparentes.

Há desafios antigos que ainda não foram vencidos, há desafios novos a enfrentar. Esses desafios são novos porque na vida tudo muda. “Ninguém entra duas vezes nas mesmas águas de um rio.” Mudaram as águas ou mudamos nós.

Assim, dirijo-me primeiro aos servidores desta Casa. Permitam-me duas ou três palavras a respeito de minha vida de trabalhador. Creio que elas ajudarão a compreender minhas palavras recentes a respeito de diferenças entre categorias de servidores.

Disse-lhes que não concordo com a discriminação entre funções administrativas e técnicas, de atividades-meio das atividades-fim. Isso tem a ver um pouco comigo mesmo e com outras lições que a burocracia revela.

Um conhecido palestrante costuma exibir um lápis aos seus auditórios. E pergunta: quantas pessoas são necessárias para fazer esse objeto? As respostas variam muito. A uns, poucas, a outros, mais. O fato é que há nessa constatação um convite à reflexão. A construção do mais simples dos instrumentos que usamos na burocracia exige pessoas que amainaram a terra e plantaram uma árvore, pessoas que regaram essa planta, pessoas que a protegeram dos fungos e pestes, pessoas que inventaram ou produziram o material necessário, pessoas que extraíram da terra o minério para fabricar a motosserra que cortou a árvore, as máquinas que extraíram delas a madeira, que a trabalharam até fazê-las pequenas peças redondas, pessoas que extraíram das profundezas da terra o material para o grafite, pessoas que produziram o combustível para as máquinas. Precisa continuar? Não. Já descobrimos

que até mesmo as coisas mais simples dependem de um grande número de pessoas para ser construídas.

Pois bem, não é diferente entre nós no Tribunal de Contas. Tudo o que aqui se faz é obra coletiva. Ninguém faz as coisas só.

De outra parte, a minha experiência de vida leva-me a não concordar com a discriminação. Afinal, como não descendo de família ilustre, comecei a ganhar a vida varrendo chão de fábrica, de servente passei a aprendiz de serralheiro, depois a bondade de meu irmão mais velho levou-me a auxiliar de escritório. Fui empregado de banco tirando pó das mesas e varrendo a calçada, fronteira à porta de entrada. Depois é que me mostraram uma máquina de escrever e virei auxiliar de carteira. Como radialista, não comecei como locutor noticiarista ou narrador esportivo. Primeiro fui radioescuta e repórter de pista. Na política, primeiro coleei cartazes em postes, distribuí panfletos, depois é que virei apresentador de comícios e galguei mais tarde importantes funções partidárias, legislativas e executivas.

Aqui mesmo no Tribunal de Contas, antes de ser nomeado conselheiro, fiz concurso para técnico.

Assim, quando falo das outras funções sei do que estou falando. Aquelas que o preconceito chama de funções humildes, eu também as exerci. Habilitei-me com esforço para funções administrativas e técnicas. E por isso que sei que todas têm a mesma importância.

Comecei a trabalhar aos 11 anos de idade. E nunca pude parar. Trabalho, portanto, ininterruptamente há 56 anos. E continuo sem olhar com simpatia os recantos da praça XV onde se joga o dominó.

É com esta disposição e com humildade que volto a presidir o TCE.

Como tenho dito reiteradamente, ao seu tempo, cada presidente desta Casa deu sua contribuição para o constante aperfeiçoamento institucional e melhoria da qualidade do Controle Público de nosso Estado.

Não foi diferente no último biênio quando compartilharam a Presidência os eminentes conselheiros Luiz Roberto Herbst e César Filomeno Fontes. A eles, os meus cumprimentos pelo trabalho realizado e a reiteração de que adotarei o critério da continuidade administrativa. Há projetos em andamento, outros a iniciar, atividades em curso que são importantes para o Controle Público.

Ao que se realiza agregaremos, ouvidos os meus pares, algumas iniciativas que a realidade nos impõe.

Recentemente a importância dos tribunais de contas foi confirmada no cenário internacional com a resolução nº 66/209 da Assembleia Geral da ONU. Entre outras questões essa resolução: a) reconhece que as entidades de fiscalização só podem desempenhar suas tarefas de forma objetiva e eficaz se são independentes da entidade auditada e protegidas de toda influência externa; e b) reconhece a importante função das Entidades Fiscalizadoras Superiores (EFS) na produção da eficiência, da prestação de contas, da eficácia e da transparência da Administração Pública. No mesmo texto a ONU dá destaque ao trabalho da Intosai e às recomendações da Declaração de Lima (1977) e do México (2007) ambas orientadoras do processo de fiscalização dos tribunais de contas brasileiros.

É dessas recomendações que decorrem os desafios antigos que persistem e os novos que surgem a todo momento.

Em rápidas palavras, vejamos alguns desafios a enfrentar.

- 1ª Algumas mudanças estruturais, procedimentais e processuais são imperiosas, entre elas, a criação de diretorias de Recursos Humanos, de contas governamentais e de recursos.
- 2ª Precisamos retomar a discussão da nova Lei Orgânica, ainda em exame no Legislativo, para a) adaptá-la aos termos da Lei Estadual nº 588 que fixou prazos máximos de duração dos processos de contas; b) criar mecanismos abreviados para determinadas fiscalizações; c) adotar os ajustes de conduta de gestão; d) redesenhar o processo administrativo com vistas à celeridade processual.
- 3ª Agora com mais espaço físico, devemos redimensionar o acervo documental e bibliográfico do TCE tornando-o a) disponível ao público; b) mais atual o espaço “Odilon Lunardelli” com obras de catarinenses e sobre Santa Catarina; e c) com espaço de Literatura e Informações sobre o combate à corrupção e a defesa da ética na Administração Pública. Darei a primeira contribuição com a doação do meu acervo sobre o assunto. E que não é pequeno.
- 4ª Revisar nossos procedimentos de fixação da jurisprudência administrativa criando as súmulas e a cultura do Direito Sumular, o que demandará mudanças estruturais e de processo.

- 5º Adotar procedimentos que limitem ao essencial as medidas cautelares e acelerem as decisões definitivas tão logo prestados os esclarecimentos ou apresentada a defesa dos atos que se pretende impugnar.
- 6º Ampliar o número de auditorias, e trazer a sociedade e seus representantes para participarem do processo de elaboração do plano de fiscalização do Tribunal, democratizando a escolha do objeto das auditorias;
- 7º Dar uma resposta tempestiva às demandas de competência do Tribunal que forem noticiadas pela mídia, estabelecendo cooperação com as ações do jornalismo investigativo;
- 8º Continuar as políticas de gestão de pessoas que valorizem o servidor e permitam uma ação melhor com uma futura Diretoria de Recursos Humanos;
- 9º Fazer operar concretamente parcerias e instrumentos congêneres celebrados com o Ministério Público Estadual, CGU, TCU e demais órgãos de controle, estabelecendo uma rede de combate à corrupção e ao desperdício com programa de trabalho e metas periódicas a serem atendidas;
- 10º Valorizar o uso de instrumentos de fiscalização baseados na Tecnologia da Informação. Os processos em curso merecerão a máxima atenção;
- 11º As contas anuais não podem mais expressar apenas a regularidade contábil ou o cumprimento formal de limites constitucionais e legais. É preciso que expressem uma avaliação correta e uma verdade material a respeito da gestão para instruir o processo de julgamento de contas pelo Poder Legislativo.
- 12º No plano das auditorias é preciso aumentar o número das operacionais e buscar a realização das auditorias coordenadas como anunciou recentemente o eminente presidente do TCU Ministro Augusto Nardes. A adesão do nosso Tribunal ao programa a ser desenvolvido pelo TCU, através do Instituto Serzedello Corrêa, da Atricon, da Abracom e do IRB deverá ser plena;
- 13º Os recentes anúncios de cortes de despesas em razão de esperada queda da arrecadação não podem ser ignorados pelo Tribunal de Contas como unidade do mesmo orçamento. É necessária uma revisão das despesas inclusive com a limitação de diárias ao essencial para fazer mais auditorias

com menor custo. As diárias devem ser pagas preferencialmente para auditorias e limitadas ao mínimo necessário para representação, treinamento, cursos e seminários.

- 14^o Uma avaliação dos critérios para o julgamento de contas e a inclusão dos responsáveis nas listas da ficha limpa para efeitos da Justiça Eleitoral no sentido de separar os atos irregulares meramente formais dos praticados com dolo na geração de danos ao Erário.
- 15^o Um grande desafio de nosso Tribunal de Contas é dar uma contribuição válida aos esforços que a Atricon, a Abracom e o IRB realizam para termos um Manual de Boas Práticas Processuais e um Conselho Nacional dos Tribunais de Contas. Além disso, é importante concluirmos a discussão em torno da adesão ao Código de Conduta Ética da Atricon.
- 16^o Dentro de um regime de cooperação, fomentar o controle interno e estimular o controle social, inclusive com a realização de audiências públicas para debates sobre o objeto dos processos de maior relevância e impacto.

As medidas que proponho são de curto, médio e longo prazo. Algumas delas, para o futuro que parece distante, mas já nos espreita na primeira esquina.

Entre estas, a construção de uma lei estadual do processo administrativo em que o ciclo governamental contemple o controle como etapa lógica do seu desenvolvimento.

Participação opinativa do TC na elaboração de leis financeiras especialmente os orçamentos públicos.

Atuação consultiva na busca de novos regimes de Administração Pública e de cooperação entre os setores público e privado.

Apoio expedito ao jornalismo investigativo nas questões que envolvem o patrimônio público. O desafio de uma aproximação neste campo talvez nos ajude a uma compreensão nossa do papel da imprensa, e deles, de nossas limitações.

Senhoras e Senhores, já permiti que o meu pensamento vagasse de acordo com o lado esquerdo cérebro. Permitam-me agora, para concluir, que divague um pouco com o lado direito, onde vivem os sentimentos.

Quero agradecer a presença de tantos e tão queridos amigos, muitos de mais de meio século. Espero não envergonhá-los no exercício desta relevante função.

Agradecer aos servidores técnicos e administrativos do TCE e, em particular, aos lotados em meu Gabinete e na Corregedoria-Geral que deixo nesta data. Compartilho com eles os eventuais êxitos obtidos.

Agradecer à minha família, à Chola, minha companheira de bons e maus momentos, aos meus filhos Marcel e Ricardo, às minhas noras Giseli e Giselli, aos meus netos que hoje me dão a alegria de sua presença Amanda e Antonio e à Sabrina que está a caminho.

Espero realizar uma gestão que os faça orgulhosos do avô, pai e sogro.

Do presidente do TCU, ministro Augusto Nardes

O Antonio Joaquim, quando se manifestou em nome da Atricon, falou de um tema muito importante pra nós que é fortalecer e criar o Conselho Nacional dos Tribunais de Contas. Mas para nós chegarmos lá, e vamos chegar, nós temos que começar a lição de casa. E a lição de casa significa fortalecer e trabalhar junto, não somente cada tribunal no seu Estado, isolado, mas começarmos desde já com as auditorias coordenadas, tese levantada pelo nosso amigo Salomão: de avaliarmos a questão da conformidade, que tem sido nossa tradição, da legalidade; de avaliarmos isso no Brasil, de penalizarmos muita gente.

A repercussão no País, no ano passado, foi o julgamento feito, na Suprema Corte, no Escândalo do Mensalão. Mas o Tribunal de Contas apontou para as últimas eleições 6.800 condenados, repercussão praticamente zero na imprensa. Pessoas que não tiveram suas contas aprovadas e que perderam por oito anos a sua possibilidade de concorrer, de participar das eleições. Além das multas, das penalidades que tivemos em todo o país; além da economia que fizemos de R\$ 105 bilhões nos últimos cinco anos; com auditorias preventivas, o TCU fez com que o Brasil economizasse esses recursos em nível nacional.

Então qual é o nosso dever de casa? O tribunal fez uma evolução. Fizemos uma nova estruturação criando secretarias especializadas; e fizemos um relatório anual para o Congresso Nacional de obras ilegais. São 3.500 obras no PAC, algo em torno de R\$ 60 bilhões. Como avaliar tudo isso? No ano passado, nós conseguimos avaliar 230. E isto tem que continuar para penalizar aqueles que cometeram as fraudes. Mas nós temos que inovar.

Fazer auditorias na área da educação para ver onde estão os gargalos maiores da educação brasileira, para que o Estado brasileiro possa recompor nestas áreas, para que a educação possa ser aumentada onde existem estes gargalos, para que a sociedade como um todo evolua.

E para que façamos o dever de casa, não podemos ficar somente na educação. Este ano, vamos fazer uma grande auditoria no ensino médio. Nós temos 50 milhões de estudantes no País, e 4 milhões estão terminando o ensino médio. Ou seja, muitos não chegam nem ao ensino médio. E o Brasil continua repetindo esses erros. Portanto fazer auditoria de grande impacto na sociedade sobre educação, sobre saúde — continuam morrendo as pessoas nos hospitais.

E não ficarmos somente nas auditorias de verificação de obras. Vamos continuar avaliando as obras, mas vamos dar um salto em termos de evolução, partindo para a especialização em cada tribunal. Eu sei que o Rio de Janeiro está aqui. O Thiers faz um grande trabalho na área de educação, em termos de Tribunal de Contas do Rio de Janeiro. Portanto, nós podemos avançar, trocar ideais, trocar informações para que possamos ter o País evoluído equilibradamente, e não de forma desequilibrada, onde existem regiões mais desenvolvidas e regiões menos desenvolvidas.

Por isso, a nossa ideia é dividir o Brasil nas cinco regiões, descentralizar o Tribunal, ver as vocações regionais e direcionar as auditorias para que possamos desenvolver em cada região um fortalecimento do nosso sistema de Tribunal de Contas da União. Aí estaremos preparados para aquilo que é o nosso grande sonho de termos um Conselho Nacional dos Tribunais de Contas e por isso precisamos começar imediatamente este tipo de trabalho de integração.

E a nossa ideia não é somente fazer aqui no Brasil, é fazer também em toda a América Latina. Na segunda-feira, tenho uma reunião em Washington com o

Gao [Government Accountability Office], a instituição maior dos EUA; estarei também no Canadá; para que eles possam participar deste processo, já que são países evoluídos, e que também possam nos auxiliar nestes procedimentos, especialmente nas organizações internacionais (Banco Mundial, Banco Interamericano, PNUD). Para que possamos estender toda esta ideia de auditorias coordenadas em toda a América Latina ou, senão o Brasil cresce e abandona a Bolívia e o Paraguai? Acontece uma febre aftosa num desses países, e nós todos somos afetados em nosso mercado. Então temos que fazer um desenvolvimento integrado em toda região da América Latina e do Caribe porque nós temos a responsabilidade de sermos parceiros num desenvolvimento que procure uma igualdade na evolução da humanidade. Tanto na questão ambiental — que vamos fazer uma auditoria este ano em nove estados brasileiros, e depois faremos com os nove estados brasileiros onde está a Amazônia, para que o efeito estufa seja combatido não somente no lado brasileiro, mas também que seja combatido no outro lado. Esta forma integrada é que pode dar uma diferença para que possamos ter respeitabilidade e credibilidade perante toda a sociedade internacional.

Portanto esses são os desafios.

E eu vou mais... Esta semana, quando tomei posse na Olacefs, eu propus — e houve uma aceitação de boa parte dos líderes do governo — que nós possamos também, futuramente, trabalharmos em conjunto para auditarmos a Unasul [União de Nações Sul-Americanas] e trabalharmos em conjunto para auditarmos esta organização da América Latina como um todo, porque o controle externo é quem sabe onde estão os gargalos para que haja uma melhor governança.

Governador... E meu caro César, você que está assumindo, um dos problemas mais sérios que nós temos no Brasil — tanto no Município, como no Estado, como na União — é falta de capacidade das nossas instituições governamentais em diminuir as fraudes nas suas origens por falta de uma boa governança. A boa governança se faz com uma discussão e de boas práticas. Portanto eu estou propondo para a OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico] de pegarmos as melhores práticas de governança em nível mundial e fazer comparações, para que o Estado brasileiro evolua. Eu não acredito que o Brasil possa ser um líder mundial se o Estado brasileiro tiver uma ineficiência na educação, na

saúde, se o Estado brasileiro não contribuir para o desenvolvimento do País de forma integrada. E para isso, nós precisamos melhorar a governança do Município, do Estado e da União.

Para encerrar, se falou aqui dos sonhos, e o Salomão é o grande sonhador, e é um grande exemplo de vida. Claro que eu falei de muitas coisas difíceis de acontecer, mas se você não inicia o processo, jamais vai acontecer. Nosso sonho é criar um conselho, e termos este conselho, mas quando somente sonha um, é somente o sonho daquele um, como dizia Goethe, o grande pensador alemão. Mas quando todos sonham é o início de uma nova realidade. Por isso, meu caro Salomão, contigo e com todos os que aqui estão, vamos sonhar grande para termos um continente mais próspero, mais rico e com menos desigualdade.

Muito obrigado!

Do governador de Santa Catarina, Raimundo Colombo

Primeiro, quero cumprimentar o conselheiro César Fontes pelo seu trabalho, pelo dinamismo, por todos que colaboraram, pela equipe de trabalho, e também pela colaboração às ações do governo sempre buscando um consenso, um entendimento. Claro isso extensivo a todos os conselheiros. Parabéns e muito obrigado.

Também reconhecer aqui as qualidades pessoais e o trabalho ao longo do tempo em favor de Santa Catarina de Salomão, esta pessoa que conquista a todos, e aqui foi falado claramente com o coração. Teu discurso, tua história de vida mostram um homem sensível, culto, humano. Os aspectos que você destacou da humildade na tua caminhada mostra o ser humano que conquista a todos nós. Eu convivi com o Salomão lá em 1980. Ele relatou aqui, eu achei que ele não lembrava, e eu tinha guardado como mote do meu pronunciamento. Nós vivíamos uma fase muito difícil, nós coordenávamos o trabalho de 1.000 universitários e era um momento dramático, era conflito todo dia. Foi meu primeiro cargo público. Era uma senhora encrenca. Eu era muito jovem, recém chegado aqui em Florianópolis. E no final

da tarde, depois de todos aqueles desafios, ficava o Salomão com uma paciência enorme uma, duas, três horas transmitindo ensinamentos, exemplos, vivência que eu guardo até hoje e repito muitas vezes e que me orientam em todas ações. Não só a mim, a muitos. Você é um exemplo para muitos. A sua história e a sua nova investidura neste cargo é uma segurança para nós.

Gostaria de falar da instituição. Ao longo do tempo, o Tribunal de Contas construiu uma história de credibilidade, de respeito, de severidade no interesse da causa pública, mas também de compreensão e apoio no desenvolvimento do serviço público em Santa Catarina. Pessoas importantes trabalharam e trabalham aqui dando sua vida. Figuras ilustres da sociedade catarinense, do mundo político prestaram e prestam serviço relevante a esta casa e à nossa sociedade. Até hoje estão aqui conselheiros que nós temos orgulhos de vê-los aqui. São figuras emblemáticas da história de Santa Catarina.

Portanto, o nosso tribunal é uma referência. Ele soube se modernizar, evoluir tecnicamente, tecnologicamente, está presente nas ações. Sabe orientar, sabe compreender. E fundamentalmente, sempre disposto a ouvir. Esta relação de soma de esforços é muito benéfica para a sociedade. Por isso, nós estamos aqui com orgulho da instituição Tribunal de Contas de Santa Catarina. Reconhecendo os personagens que fizeram a história aqui dentro e muitos que estão aqui e destacando um dos que — de forma muito importante — é o rosto, é o nome. Faz de forma muito clara a importância deste tribunal, que é o seu presidente. Salomão, sucesso, felicidades e parabéns. Muito obrigado.



DESTAQUES DO DISCURSO DO CONSELHEIRO SALOMÃO RIBAS JUNIOR

Continuidade administrativa

O princípio da continuidade administrativa será norteador da gestão 2013/2014, tanto que foi reiterado pelo próprio presidente. “Há projetos em andamento, outros a iniciar, atividades em curso que são importantes para o Controle Público”, afirmou Ribas Junior ao cumprimentar os conselheiros Luiz Roberto Herbst e César Filomeno Fontes pelo trabalho que realizaram a frente da Presidência em 2011 e 2012, respectivamente.

Além disso, em seu discurso de posse, o presidente destacou a necessidade de adoção de cerca de 20 medidas para que o TCE/SC aperfeiçoe a fiscalização das contas públicas do Estado e dos 295 municípios catarinenses. “Os desafios a serem enfrentados exigirão providências de curto, médio e longo prazo”, afirmou.

A seguir, abordagens sobre as principais medidas anunciadas pelo conselheiro Salomão Ribas Junior e a íntegra do discurso de posse.

Contenção de gastos

A esperada queda da arrecadação, conforme anúncio do governador Raimundo Colombo, também exigirá do Tribunal de Contas de Santa Catarina — como unidade do mesmo orçamento — a adoção de providências com vistas à contenção de gastos. “É necessária uma revisão das despesas”, ressaltou o presidente na solenidade de posse.

Uma das ações que serão adotadas é a redução dos gastos com diárias. “As diárias devem ser pagas preferencialmente para auditorias e limitadas ao mínimo necessário para representação, treinamento, cursos e seminários”, anunciou.



Auditorias

Ampliar o número de auditorias e trazer a sociedade e seus representantes para participarem do processo de elaboração do Plano Anual de Fiscalização do Tribunal de Contas de Santa Catarina é outra meta da gestão iniciada em 1º de fevereiro, que busca democratizar a escolha do objeto das auditorias. “É preciso ouvir os parlamentares desde o planejamento das auditorias”, destacou.

Ainda na área do controle externo, deverão ser intensificadas as auditorias operacionais, que avaliam o desempenho de programas e ações governamentais. Elas têm por objetivo identificar fragilidades que possam comprometer ou até mesmo inviabilizar os objetivos pretendidos pelo Poder Público, culminando com a sugestão de ações que visam ao aperfeiçoamento do objeto auditado e à otimização da aplicação dos recursos públicos.

O presidente também anunciou que o TCE/SC deverá aderir ao programa de auditorias coordenadas a ser desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União. “Hoje, é muito difícil a realização de uma obra ou a execução de um serviço com recurso de um único orçamento”, comentou.

Criação de diretorias

A criação das diretorias de Recursos Humanos, de Contas Governamentais e de Recursos — que impactarão em alterações estruturais, procedimentais e processuais — deverá ser colocada em prática na atual gestão.

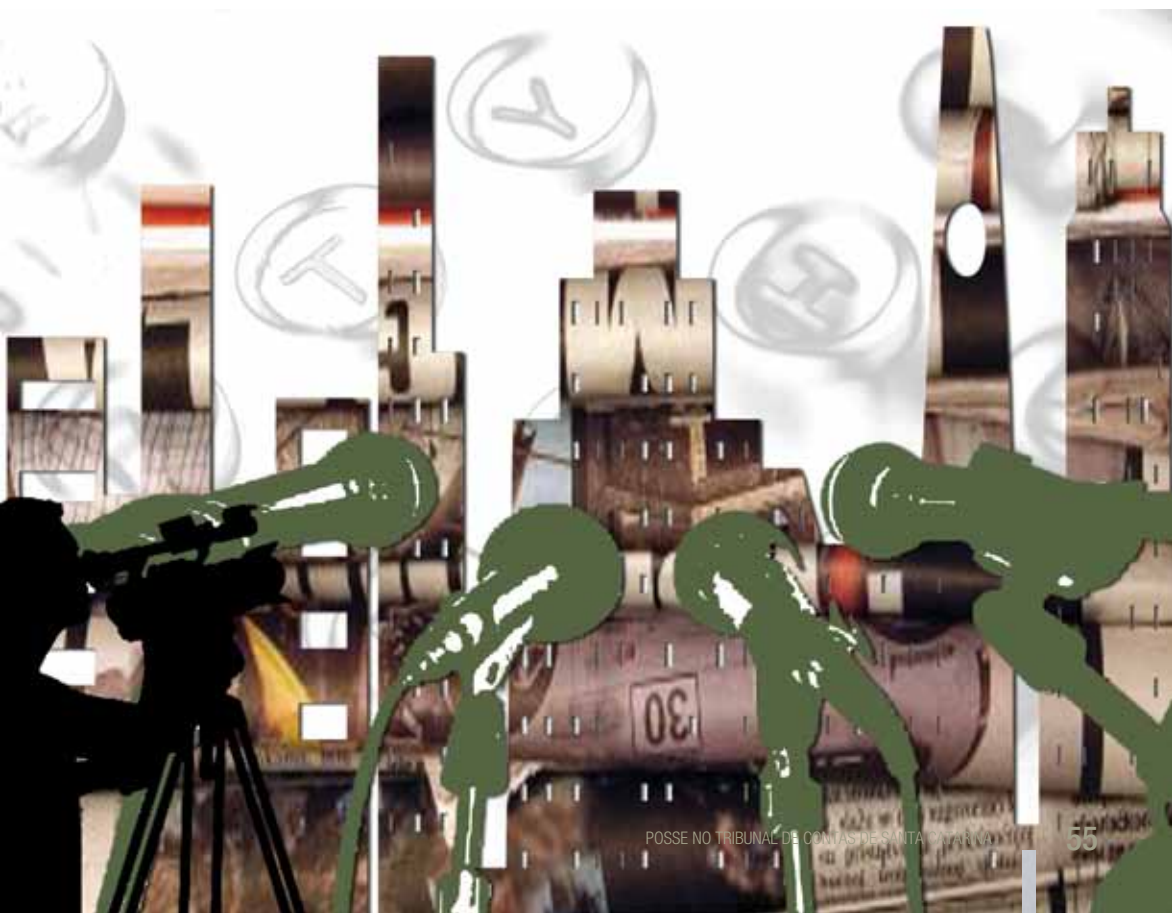
Na opinião do conselheiro Salomão Ribas Junior, a medida é essencial para que a Corte catarinense dê continuidade às políticas de gestão de pessoas que valorizem o servidor e agilidade na análise de recursos, e avalie, não apenas a regularidade contábil ou o cumprimento formal de limites constitucionais e legais pelo Governo do Estado. “É preciso que as contas anuais expressem uma avaliação correta e uma verdade material a respeito da gestão para instruir o processo de julgamento de contas pelo Poder Legislativo”, ressaltou.



Imprensa e controle social

Contribuir para o trabalho da imprensa também será uma das metas. “Temos que dar uma resposta tempestiva às demandas de competência do Tribunal que forem noticiadas pela mídia, estabelecendo cooperação com as ações do jornalismo investigativo”, declarou.

Segundo o presidente, tal medida será fundamental para estimular o exercício do controle social. Associada a isso, destacou a possibilidade de realização de audiências públicas para debates sobre o objeto de processos de maior relevância e impacto.



Biblioteca

Em sua gestão, o presidente Salomão Ribas Jr. pretende redimensionar o acervo documental e bibliográfico do Tribunal de Contas de Santa Catarina. O principal objetivo é possibilitar que o público externo possa solicitar o empréstimo de obras existentes na Biblioteca Conselheiro Nereu Corrêa. Além disso, a ideia é tornar mais atual o espaço “Odilon Lunardelli”, com mais obras de catarinenses e sobre Santa Catarina, e criar um espaço de Literatura e informações sobre o combate à corrupção e defesa da ética na Administração Pública. “A nossa biblioteca será transformada num centro de referência nas áreas de direito constitucional e administrativo e de contabilidade”, afirmou o conselheiro.



Discussão nacional

O discurso do presidente também abordou questões que estão sendo discutidas nacionalmente — pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Associação Brasileira dos Tribunais de Contas Municipais (Abracom) e Instituto Rui Barbosa (IRB) —, como a elaboração de um manual de boas práticas processuais e a criação do Conselho Nacional dos Tribunais de Contas.



INAUGURADO NOVO EDIFÍCIO-SEDE DO TCE/SC

Ampliação do espaço físico atende as atuais e futuras necessidades da instituição

A inauguração do edifício-sede do Tribunal de Contas de Santa Catarina, em novembro de 2012, foi mais um passo dado pela instituição para aprimorar os serviços prestados à sociedade na fiscalização do uso dos recursos públicos pelo Estado e pelos municípios catarinenses. Além disso, vem ao encontro das prioridades eleitas pela atual gestão do TCE/SC, que tem entre as suas metas a criação de três diretorias. “Em quase 60 anos de atuação, o Tribunal cresceu em responsabilidades e, por consequência, teve que aumentar seu pessoal”, enfatizou o conselheiro Salomão Ribas Junior na solenidade de inauguração.

Localizado no centro de Florianópolis, ao lado da outra sede inaugurada na década de 70, o novo prédio tem 16.327,62m² de área construída e atende a padrões e normas de segurança, sustentabilidade e acessibilidade. “O Tribunal de Contas está regularmente funcionando”, ressaltou o então presidente César Filomeno Fontes ao registrar as autorizações (habite-se) conferidas

pelo Corpo de Bombeiros, pela Vigilância Sanitária e pela Prefeitura de Florianópolis.

“O novo prédio contemplou conceitos de segurança, acessibilidade, sustentabilidade e ecologia. É a concretização de um projeto para o melhor funcionamento do Tribunal de Contas em favor da sociedade catarinense, atendendo às atuais demandas e as projetadas para as próximas décadas”, salientou o engenheiro Angelo Luiz Buratto, auditor fiscal de controle externo do Tribunal de Contas e coordenador da Comissão de Fiscalização da Obra.

A solenidade de inauguração reuniu cerca de 500 pessoas, entre integrantes do corpo deliberativo e servidores ativos e inativos do TCE/SC, autoridades e representantes da sociedade civil em âmbito federal, estadual e municipal, no auditório das novas instalações. Entre as autoridades, estavam o governador do Estado, Raimundo Colombo, o presidente da Assembleia Legislativa à época, deputado estadual Gelson Merísio, os chefes do Judiciário, o desembargador Cláudio Barreto Dutra, e do Ministério Público de Santa Catarina, procurador-geral de Justiça, Lio Marcos Marin, e o prefeito da Capital, Dário Elias Berger.



SAIBA MAIS

AS SEDES DO TCE/SC

- 1956** *6 de fevereiro*
O TCE/SC foi instalado no Palácio Cruz e Sousa, então sede do Governo do Estado, numa sala cedida pelo Executivo e onde funcionava a Secretaria do Interior e Justiça.
-
- 1956** *17 de abril*
O TCE/SC ocupa sua primeira sede própria, na praça XV de Novembro, no Centro da Capital, num prédio que antes abrigava a Chefatura de Polícia.
-
- 1976** *16 de março*
O TCE/SC inaugura oficialmente a sede atual, na praça Tancredo Neves, com entrada na rua Bulcão Viana, 90, no Centro de Florianópolis. As instalações foram ampliadas em 1983 e 1994.
-
- 2012** *27 de novembro*
O TCE/SC inaugura o edifício-sede em área contígua a da sede atual.

FONTE: Portal do TCE/SC (www.tce.sc.gov.br) e livro Tribunal de Contas de Santa Catarina: 50 anos de história (2006).

Estrutura administrativa e algumas diretorias técnicas estão funcionando no local

Construído em uma área de 1.703m² — 744m² do imóvel adquirido da Associação Catarinense de Engenheiros em 2003, e 959m² já pertencentes a sua área institucional —, o novo prédio tem 20 andares. São quatro pavimentos para garagens, sendo um no subsolo, com 173 vagas. Além disso, dois pavimentos — térreo e mezanino — abrigam o saguão, o auditório para 300 pessoas, a subestação elétrica e os núcleos técnicos. Nos quatro pavimentos técnicos superiores estão os reservatórios de água, o heliponto de resgate e a área de concentração de pessoas, a qual atende às Normas de Segurança Contra Incêndio do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, e a casa de máquinas.

Os 10 andares de escritórios, incluindo o ático, foram destinados a toda estrutura administrativa e a algumas diretorias técnicas. Foram transferidos para as novas instalações os gabinetes da Presidência, dos conselheiros e auditores, a Diretoria-Geral de Planejamento e Administração, a Diretoria de Administração e Finanças, a Diretoria de Planejamento e Projetos Especiais, a Diretoria de Informática, o Instituto de Contas, a Assessoria de Comunicação Social, a Auditoria Interna, a Consultoria-Geral e a Ouvidoria, responsável por coordenar o recém criado Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) do TCE/SC.

Segundo o coordenador da Comissão de Fiscalização da Obra, engenheiro Angelo Luiz Buratto, há previsão de algumas diretorias técnicas ocuparem parte da área do novo prédio, que o Instituto de Contas poderá ser reinstalado na sede inaugurada na década de 70. A última ampliação da sede anterior ocorreu em 1994. Com mais espaço físico, a Biblioteca, o Arquivo Geral, as demais diretorias técnicas e a Secretaria-Geral terão suas atividades concentradas nos blocos A e B, cuja estrutura será reformada seguindo os mesmos padrões do novo edifício-sede.

SAIBA MAIS

NOVO EDIFÍCIO-SEDE DO TCE/SC

Área total 16.327,62m², *distribuída em 20 pavimentos:*

- 10 pavimentos para escritórios, incluindo o ático.
- 4 pavimentos para garagem, sendo um subsolo.
- 2 pavimentos — térreo e mezanino — que abrigam o saguão, o auditório, a subestação elétrica e núcleos técnicos.
- 4 pavimentos técnicos superiores para reservatórios de água, heliponto e área de concentração para resgate, casa de máquinas e barrilete (local onde se concentra a partida da rede de distribuição de água).

Capacidade *Cerca de 500 servidores.*

SAIBA MAIS

Custos da obra civil

Valor contratual: R\$ 19.242.899,46.

- Contrato nº 001/2008: firmado, em 27 de fevereiro de 2008, com o Consórcio Espaço Aberto/Beter, para a construção do novo edifício junto à sede do Tribunal de Contas, na rua Engenheiro Newton Valente da Costa, em Florianópolis/SC, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos.
- Acréscimos por aditivos de adequações: R\$ 3.733.217,41 (19,39% do valor inicial).
- Valor final: R\$ 25.313.545,63. Considerando os R\$ 2.518.043,69 pagos a título de reajuste, o que implicou o custo de R\$ 1.561,41 por m² construído.

Outros custos:

- Elevadores: R\$ 698.587,33. Contrato nº 003/2010: firmado, em 27 de fevereiro de 2010, com a Thyssenkrupp Elevadores S.A.
- Ar condicionado: R\$ 3.638.717,10. Contrato nº 006/2010: firmado, em 16 de abril de 2010, com a Enthel Engenharia de Tratamento e Controle do Ar Ltda.

Custos totais da obra *R\$ 29.831.464,99.*

- Correspondendo ao custo final de R\$ 1.827,07 por m² construído, incluindo os elevadores e os aparelhos de ar condicionado.

FONTE Comissão de Fiscalização da Obra (engenheiro Angelo Luiz Buratto).



Utilização do conceito “prédio-verde” determinou resultado do concurso público

Para a elaboração do anteprojeto do novo edifício-sede, o Tribunal de Contas realizou, em 2005, concurso público. Foi utilizado o conceito “green building” ou “prédio verde”, que atende às necessidades de tecnologia avançada, funcionalidade e conforto, com o mínimo de consumo energético e poluição, fator preponderante para determinar o resultado. “A ideia era contemplar o que Florianópolis podia ter e oferecer de mais atual para uma edificação institucional em benefício da comunidade, revelando a preocupação com o ser humano, a cidade e o meio ambiente”, destaca o coordenador da Comissão de Fiscalização da Obra, engenheiro Angelo Buratto.

O aproveitamento da água pluvial e dos drenos do sistema de ar condicionado para uso nas válvulas de descarga dos banheiros coletivos, o uso de vidros refletivos, que reduzem a carga térmica no interior do edifício e, por consequência, o uso de ar condicionado e o consumo de energia, a sala para triagem de resíduos sólidos e um sistema de iluminação de baixo consumo de energia são exemplos de cuidados com a sustentabilidade ambiental.

Para tornar acessível o espaço da edificação e suas calçadas do entorno, Buratto ressalta que foram contemplados os aspectos preconizados na Norma Brasileira (NBR 9050/2004), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que estabelece critérios e parâmetros técnicos para garantir a todos, inclusive aos portadores de mobilidade reduzida, a acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

No auditório da nova sede há uma área reservada para seis cadeirantes e, entre as 300 poltronas, quatro são para obesos, e outras quatro, para pessoas com mobilidade reduzida. Em cada pavimento, nas escadas enclausuradas, foi incluída uma área de resgate junto ao patamar, para que, em situações de emergência, portadores de deficiência e com mobilidade reduzida aguardem socorro em segurança. A comunicação visual do novo edifício contempla indicações em português, em inglês e em código braile; e os elevadores dispõem de sistema de som que comunica o pavimento em que o equipamento parou e o sentido do seu movimento — de subida ou descida.

SAIBA MAIS

CARACTERÍSTICAS DA OBRA

Segurança e mobilidade urbana

- **Heliponto de resgate e área de concentração de pessoas (acima do ático):** Atende às Normas de Segurança Contra Incêndio do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina (NSCI 94) para edifício público com altura superior a 40 metros. O novo edifício-sede do TCE/SC tem 60,05 metros de altura a contar do nível da rua, e o heliponto só poderá ser utilizado pelo Corpo de Bombeiros, especialmente para resgate de pessoas, no caso de haver um incêndio.
- **Sistema de detecção e alarme de incêndio:** Com sensores de detecção de fumaça em cada ambiente, além de acionadores manuais (quebra vidros) que estão posicionados estrategicamente nos pavimentos.
- **Sistema preventivo de incêndio:** Composto de sinalização das saídas de emergência, instalação da iluminação de emergência, indicação das rotas de fuga — por meio de fitas luminescentes implantadas no piso —, além do próprio sistema preventivo integrado por hidrantes e extintores em cada andar.
- **Duas escadas enclausuradas a prova de fumaça:** Suportam o fogo por pelo menos duas horas.
- **Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas.**
- **Circuito interno de TV com monitoramento eletrônico.**
- **Controle de acesso nos pavimentos garagens.**
- **Equipamentos de alarme contra roubos.**
- **Sonorização:** Instalada em todos os ambientes do prédio.
- **Cabeamento estruturado:** Integrado com “no break” e Datacenter enclausurado em ambiente climatizado e à prova de fogo por no mínimo 2 horas.
- **Grupo gerador:** Supre eventual falta de energia para o Datacenter, para o sistema de bombeamento de água e para os elevadores do TCE/SC.
- **Subestação elétrica:** Com transformadores isolados a gás e grupo gerador que permite o uso regular, inclusive dos elevadores, caso haja falta de energia.
- **Reservatórios:** Com capacidade de armazenagem de água para atender também aos blocos A e B.
- **Ligação com os Blocos A e B.**
- **Estacionamento/garagem:** Quatro pavimentos — sendo um subsolo —, com 173 vagas.

FONTE: Comissão de Fiscalização da Obra (engenheiro Angelo Luiz Buratto).

SAIBA MAIS

CARACTERÍSTICAS DA OBRA

Sustentabilidade ambiental

- Sistemas de captação de água da chuva e dos drenos dos equipamentos de ar condicionado com reaproveitamento para as descargas dos vasos sanitários dos banheiros coletivos.
- Vidros refletivos que reduzem a incidência de luz e a carga térmica no interior do edifício e, por consequência, o uso do ar condicionado e o consumo de energia.
- Thermobrisas recheados com poliuretano expandido nas fachadas de forma a quebrar o efeito da insolação reduzindo a carga térmica, o uso do sistema de climatização e o consumo de energia.
- Sistema de iluminação de baixo consumo de energia e alto rendimento em todos os pavimentos, combinado com a disposição de janelas e fachadas em pele de vidro que aproveitam ao máximo a iluminação natural.
- Piso elevado em cinco pavimentos de escritório que permitem a flexibilização dos layouts, favorecendo a realização de adaptações ao longo do tempo.
- Sistema de climatização por VRF (fluxo variável de gás refrigerante) 100% inverter, que possibilita o uso setorizado de evaporadoras em cada sala a partir de diversas redes frigoríferas, gerando uma grande economia no consumo de energia se comparado aos sistemas tradicionais. O gás refrigerante utilizado é ecológico e, em caso de vazamento, não há riscos à camada de ozônio.
- Forro executado com cortineiros permitindo o uso de cortinas/persianas com menor custo de acabamento. Além disso, as cortinas serão de um tipo que filtra a luminosidade e os raios UVA e UVB, propiciando economia de energia elétrica e conforto visual.
- Sala para separação/triagem de resíduos, estimulando a separação pelos servidores/usuários com vistas à reciclagem.
- Sistema de automação que, pela programação, permite economia de energia ao evitar que outros sistemas fiquem ligados desnecessariamente.
- Elevadores que dispõem de acionamento com controle de velocidade e frequência, aliado a um sistema de programação do tipo TK VISION para adequação do funcionamento com estratégias que podem contemplar horários de pico e, com isso, reduzir o consumo de energia.

FONTE Comissão de Fiscalização da Obra (engenheiro Angelo Luiz Buratto).

SAIBA MAIS

CARACTERÍSTICAS DA OBRA

Acessibilidade

- Auditório com 300 poltronas, sendo quatro para obesos e quatro para pessoas com mobilidade reduzida — com apoio de braço removível —, além de espaço para seis cadeirantes, com livre circulação de ingresso e saída, assim como de acesso ao palco.
- Nas escadas enclausuradas, em cada pavimento, foi incluída, junto ao patamar de acesso, uma área de resgate, a qual mantém em segurança pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, enquanto aguardam socorro em situação de sinistro.
- Os elevadores dispõem de botoeiras que se iluminam com o acionamento e de sistema de som que comunica o pavimento no qual venham a parar. Também é indicado o sentido do movimento de subida ou de descida. Além disso, no interior das cabines, há indicadores que informam os pavimentos em braille.
- As placas que integram a comunicação visual dos ambientes com acesso ao público e das portas das salas dispõem de indicação nos idiomas português, inglês e em código braille. A comunicação visual contemplou também a colocação de totens em pontos estratégicos do edifício, seguindo padrão do TCE/SC.
- Nos estacionamentos/garagens foram contemplados com vagas para os portadores de deficiência.
- Instalações sanitárias foram destinadas aos portadores de deficiências.
- Nas calçadas das ruas Eng. Newton Valente da Costa e José da Costa Moelmann, o portador de deficiência pode ter acesso pela própria calçada às portas do saguão principal, para que, dessa forma, consiga ingressar no prédio sem ter a necessidade de receber ajuda.
- Os complementos, em termos de acessibilidade, para a integração com os demais prédios existentes, ou seja, blocos A e B estão sendo tratados em projetos próprios com previsão de ampliações de corredores e portas, bem como adequações de elevadores e a correspondente sinalização da acessibilidade.

FONTE Comissão de Fiscalização da Obra (engenheiro Angelo Luiz Buratto).

DISCURSOS

Do então presidente do TCE/SC, conselheiro César Filomeno Fontes, no início da cerimônia

É com grande honra e alegria que nos reunimos hoje, neste auditório, para a solenidade de inauguração do novo edifício-sede do Tribunal de Contas de Santa Catarina, que marca o início da programação comemorativa dos 57 anos da Corte de Contas catarinense.

Proporcionar melhores condições de trabalho e de atendimento ao público externo, com toques marcantes de modernidade e respeito à acessibilidade e ao meio ambiente, foi o que se almejou em todas as etapas desta obra.

Destaco que esta edificação representa mais uma conquista na história deste Tribunal e é fruto do trabalho e da persistência de conselheiros, auditores e servidores que, ao longo do tempo, desenvolveram, de forma comprometida, suas atividades.

Inegável é a importância que o Tribunal de Contas vem conquistando historicamente, seja em razão de sua firme atuação na fiscalização dos recursos públicos

ou na orientação de seus jurisdicionados. Mérito que será explanado com maestria, oportunamente, pelo conselheiro mais antigo desta Corte de Contas, Salomão Ribas Junior.

Sinto-me honrado em fazer parte desta Instituição e feliz em conviver com seu corpo deliberativo e funcional, com estagiários e terceirizados, cujas demonstrações de carinho e dedicação a esta Casa são presenças diárias.

Registro que, no decorrer da semana, o público interno poderá assistir aos corais que participarão do “I Encontro de Corais do Tribunal de Contas de Santa Catarina”, organizado em celebração aos dez anos do Coral Hélio Teixeira da Rosa. Igualmente desfrutará da belíssima apresentação do espetáculo musical “Recortes da Broadway”, que reunirá vinte cenas de grandes musicais. Finalmente, a contagiante interpretação musical da banda “Descontrole Interno”, formada por servidores do Tribunal, encerrará a semana de confraternização.

Na ocasião em que se comemora mais um aniversário de sua criação e a título de reconhecimento pelos relevantes serviços prestados ao aprimoramento do controle público e das relações institucionais, este Tribunal de Contas concederá, a seguir, suas honrarias a seis ilustres homens públicos de nosso Estado: senhores João Raimundo Colombo, Gelson Merisio, Cláudio Barreto Dutra, Lio Marcos Marin; Dário Elias Berger e Marcio de Sousa Rosa.

Do conselheiro Salomão Ribas Junior

Foi com relutância que aceitei a missão de falar neste fim de tarde primaveril, início de noite na bela Ilha de Santa Catarina.

O dom da oratória tem me imposto essas missões há algum tempo, normalmente por exclusão. Desta vez, como deixou muito bem acentuado o presidente César Filomeno Fontes, pela passagem inexorável do tempo. Sou o mais antigo conselheiro desta Corte de Contas.

Mas o tempo, a passagem do tempo, também faz esta Corte de Contas aproximar-se dos 60 anos de existência. O mesmo tempo que me fez decano entre

os seus membros. O tempo que muda as exigências, que nos obriga a renovação, se não quisermos aguardar o final pela inércia. Assim, permitam-me a paráfrase de Rui Barbosa na introdução de sua genial conferência à imprensa e o dever da verdade. Disse ele, em palavras que busco reconstruir. *Ninguém tem mais pena do que eu dos auditórios que são condenados a me ouvir. Ninguém se compadece mais do que eu diante do suplício de vir e escutar um orador palavreiro e tedioso qual me pintam meus inimigos.*

Como veem, todo discurso é fruto de um furto ou de um roubo. Furto essas expressões de Rui, porque é graças à persistência e à pertinácia dele, do Rui, que devemos a criação do Tribunal de Contas no Brasil, ao nascer da República brasileira.

O discurso, ele furta palavras dos dicionários, furta palavras de outros discursos, de outros escritos, furta significados dos sentimentos, das virtudes e também dos vícios e dos pecados. Assim, já que começamos furtando de Rui Barbosa uma introdução para esta fala obrigatória, furtemos dos sentimentos outros, para dizer-lhes que a grande maioria desse meio milhar de pessoas que aqui trabalham, sentem hoje orgulho pela obra realizada. Alegria pela oportunidade de reunião entre ativos e inativos servidores da casa. Alegria pela presença dos convidados, entre estes, com destaque para as mais altas autoridades deste Estado, governador do Estado, Raimundo Colombo, presidente da Assembleia Legislativa, Gelson Merísio, presidente do Tribunal de Justiça, Cláudio Dutra.

Este Tribunal andou circulando por Florianópolis alguns tempos. Evangelo Diamantaras certamente conhece essa história melhor do que eu. O Tribunal de Contas começou a funcionar nas dependências do hoje Palácio Cruz e Sousa, na praça XV. Ali, instalou-se o primeiro colegiado, ali se elegeu o primeiro presidente João Bayer Filho. O Tribunal atravessou a praça um ano depois e, ao atravessar a praça, foi ocupar as dependências da antiga chefatura de polícia. As necessidades fizeram com que também fossem ocupadas várias outras dependências, a maioria delas ao redor da própria praça XV. Isso não impediu que até mesmo o depósito do Tribunal ficasse uns tempos nas dependências do nosso tradicional Mercado Público.

Após 20 anos, tivemos a mudança para o atual endereço, aqui na prainha, aqui naquele primeiro prédio inaugurado em janeiro de 1976, onde está o plenário, e

onde estava até há poucos dias o conjunto de gabinetes de conselheiros. Ele obrigou, com a expansão dos serviços, que houvesse mais três pelo menos ampliações significativas, até que chegou a hora de uma decisão. O Tribunal crescera em responsabilidades, crescera por isso mesmo no número de funcionários e precisávamos decidir: ou fazíamos uma ampliação nesse mesmo terreno, ou mudávamos as instalações para outro lugar, nos idos dos anos de 2002, 2003 quando esta matéria começou a ser discutida. Após o exame de várias alternativas, optamos por, indenizando a Associação Catarinense dos Engenheiros com a construção da sua nova sede, retomarmos para o Estado este pedaço de terreno de 700 e pouco metros quadrados, que incorporados aos mil e tantos que ainda permitiam construção nesta área, fosse possível a edificação deste novo edifício-sede.

Agora é importante que eu lhes diga uma coisa. As dependências do Tribunal de Contas, os outros prédios nunca foram de exclusivo uso do Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas sempre cedeu as suas instalações para outras repartições públicas, o seu auditório para um cem números de entidades governamentais e não governamentais. Instituições da sociedade civil ocuparam essas dependências, como tenho certeza, continuarão ocupando, e me refiro ao Instituto Histórico e Geográfico, à Academia Catarinense de Letras, à Associação Catarinense de Imprensa, à Universidade Federal, à Universidade do Estado, à Fecam, à Uvesc, e seria uma lista interminável de usuários dessas instalações. Então este auditório magnífico, eu tenho certeza, presidente César Filomeno Fontes, haverá de continuar sendo utilizado pela comunidade. E isso é consequência dos espaços públicos que são construídos. Eles têm um custo, eles são necessários para os serviços, para as solenidades do órgão que os constrói, mas se destinam também à comunidade. Como eu tenho certeza que a nova biblioteca pública do Tribunal de Contas, que será construída na parte antiga, mudando de lugar — no térreo, com acesso para a rua —, vai permitir um melhor e mais continuado acesso das pessoas interessadas, sobretudo em dois assuntos que ela é referência: Contabilidade Pública e Direito Administrativo.

Então vejam que esses espaços na realidade compensam eventuais investimentos que realizamos aqui com muita parcimônia, com muito cuidado ao longo de muito tempo.

Vários foram os dirigentes desta casa que participaram do processo de construção deste prédio até que ele chegou ao seu término; e realizou o esforço mais efetivo, neste final de construção e de mobília, o eminente presidente César Filomeno Fontes, para que pudéssemos viver esta magnífica reunião.

O Tribunal de Contas parece ser às vezes uma casa de esperança. É para onde se voltam os olhares das pessoas quando veem desperdício de dinheiro público, má gestão, fraudes, corrupção. Esta é a casa de esperança, a mesma casa de esperança para qual estamos todos olhando no Supremo Tribunal Federal no momento em que julga, nem sei se é o maior, mas o mais emblemático caso de corrupção política de fraude ao erário, de lavagem de dinheiro, de formação de quadrilha que já tivemos neste país. Que a decisão do Supremo Tribunal Federal sirva de inspiração para nós todos que trabalhamos no controle público, para melhorarmos o nosso desempenho, para combater o desperdício, para combater a má gestão, para combater, sim, também a corrupção.

Mas a má gestão ganha hoje uma dimensão muito maior desde que a União Europeia reconheceu, e os doutrinadores aceitaram como direito fundamental de 4ª geração o direito à boa administração. Este é o direito fundamental de cada cidadão e de cada cidadã. Não bastam o direito à vida, o direito à saúde, o direito à educação, o direito à liberdade, o direito à opinião, os de 1ª geração, é preciso mais e esse mais nos leva ao direito fundamental à boa administração.

Para tanto, o Tribunal de Contas também não é apenas o algoz, o verdugo, o Tribunal de Contas é também companheiro, é também o parceiro, porque as nossas funções, além do julgamento da fiscalização, do controle, elas envolvem a consulta, elas envolvem o treinamento, elas envolvem a capacitação e, por isso, o Tribunal de Contas é também, e os governantes deste Estado sabem disso, é também um parceiro na hora da dúvida, na hora da busca da melhor interpretação, da interpretação mais correta do dispositivo legal. Essa parceria também se reveste de fundamental importância na hora em que elegemos o direito à administração como um direito fundamental.

O cenário que nós vivemos exige esta preocupação. As notícias sobre a corrupção no mundo são de tal ordem que o presidente eleito do maior país em população do mundo faz o seu discurso de aceitação da missão dizendo que ou acaba

a corrupção na República da China ou acaba a China. Isso o presidente de mais de 1 bilhão de pessoas. Se nós olharmos em volta, nós vamos verificar que isso se repete em várias partes do mundo. Eu não vou falar do Brasil, vou dizer apenas que, segundo o Banco Mundial, um trilhão de dólares a cada ano é desviado. Um trilhão de dólares!

No Brasil, estudos da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo indicam que algo em torno de 80 bilhões de reais toma o destino do desvio do erário brasileiro. É muito dinheiro! Não precisamos nem fazer o cálculo do que é possível construir com esse dinheiro. Agora para que isso seja enfrentado é preciso que continuemos buscando a integração de esforços. Os órgãos de controle entre si, a integração com o controle social, as pessoas agindo e interagindo com os órgãos de fiscalização e controle para o melhor desempenho desse mesmo controle.

É preciso que utilizemos novas ferramentas de planejamento e de ação, a informatização, a gestão voltada para a eficiência. Eu passaria ainda um longo tempo discorrendo sobre o que eu imagino deva ser o papel dos órgãos de controle, da integração entre os órgãos de controle e do que se espera do controle social brasileiro. A esperança para a qual também nossos olhos se voltam, mas creio que aí já seria abusar da boa vontade, da paciência de cada um e de cada uma das pessoas que, como disse, foram condenadas pela passagem inexorável do tempo, a me ouvir.

Sejam bem vindos, estejam nesta casa com a mesma alegria que sentimos em recebê-los. Muito Obrigado.

Do governador do Estado, Raimundo Colombo

Primeiro, queria dizer da alegria de estar aqui neste momento importante de comemoração dos 57 anos do nosso querido Tribunal de Contas. É uma alegria muito grande. Aproveito para dar os parabéns a todos que ao longo deste tem-

po construíram uma história de independência e de realização do nosso querido Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. Agradecer também, em nome de todos os homenageados e do Governo do Estado, a homenagem que presta ao Governo do Estado e a todas as instituições que foram homenageadas e as personalidades. É sempre muito bom e eu agradeço e transmito assim nosso reconhecimento.

Quero aproveitar para falar da magnífica obra. O Tribunal de Contas ao longo do tempo prestou um serviço e presta um serviço de grande qualidade à sociedade. A sociedade é cada vez mais exigente em relação à qualidade do serviço público, em relação a sua eficiência, à transparência, à honestidade aqui tão expressa. O Tribunal de Contas vai além e assessora, ajuda, orienta — sobretudo orienta — a todas as prefeituras, aos órgãos públicos, no sentido de que a gente alcance cada vez mais agilidade, consiga chegar mais perto das pessoas, melhorar a qualidade do nosso serviço. E é exatamente assim que a gente sente. Eu me senti como prefeito, muitas vezes apoiado, discutindo, buscando conhecimento, buscando orientação, informação, forma de proceder e sempre a porta aqui esteve aberta, no sentido de orientar, de ajudar a superar os problemas e também na exigência da fiscalização no controle, de observar a conduta. O que é muito bom.

E é exatamente este o procedimento que faz com que o tribunal cumpra bem o seu papel e exija dos agentes públicos o respeito à sociedade e o compromisso nas ações a que se propõem. Por isso a estrutura, a modernidade e a qualidade dos serviços, o espaço, tudo isso faz parte dos meios pra que se possa ter um trabalho cada vez mais eficiente e à altura daquilo que a sociedade exige e que o Estado precisa ter.

Por isso, eu quero cumprimentar todo o Corpo Diretivo pela realização, pelo investimento, pela conquista. É uma estrutura que vai certamente melhorar ainda mais as condições do trabalho e o resultado deles. Ao cumprimentar a gente quer agradecer, dar os parabéns e desejar muito sucesso a todos que aqui trabalham e recebam de nós o reconhecimento e a valorização do trabalho que aqui é desenvolvido. Muito obrigado.

Do então presidente do TCE/SC, conselheiro César Filomeno Fontes, no encerramento da cerimônia

Registro meus sinceros e veementes agradecimentos a todos que aqui compareceram.

Meu muito obrigado à Comissão de Engenharia pela singular dedicação, que teve a sua frente o engenheiro Ângelo Buratto. Ao arquiteto senhor Manoel Doria Neto pelo belíssimo e moderno projeto arquitetônico, cuja execução deu-se pela Empresa Espaço Aberto, aqui representada pelo senhor Paulo Almeida. E a todas as pessoas, que direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão e ocupação desta obra.

Inicia-se, assim, mais uma etapa na história deste Tribunal. Que a nova estrutura física possa contribuir para o aprimoramento das atividades desta Instituição, cuja qualidade do corpo funcional é fato incontestado e que muito orgulha a Corte de Contas catarinense e este presidente.

TCE/SC CONCEDE MEDALHA DO MÉRITO AO EX-PRESIDENTE DO STF CARLOS AYRES BRITTO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina concedeu, no dia 7 de março, a Medalha do Mérito Tribunal de Contas ao ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Carlos Ayres Britto. “A homenagem é a mais alta distinção do TCE/SC entregue a pessoas que tenham contribuído para a melhoria da qualidade do controle público”, enfatizou o presidente da Corte catarinense Salomão Ribas Junior.

Autor da proposta de outorga da honraria a Ayres Britto, aprovada por unanimidade pelo Pleno, Ribas Jr. destacou os serviços prestados, pelo homenageado, para a melhoria da qualidade do controle público no Brasil, em especial na condução do julgamento da Ação Penal 470 — o processo do mensalão — e por sua atuação em favor da autonomia e independência dos tribunais de contas e pela defesa da liberdade de imprensa e de expressão.

“Ele decidiu questões fundamentais para a defesa intransigente da liberdade de expressão e de imprensa e para a moralidade pública, na condução do processo do mensalão”, ressaltou o presidente, ao salientar que a matéria só chegou a bom termo pela paciência, tenacidade e pela virtude de Ayres Britto de descomplicar as coisas.



Na mesma direção, o conselheiro Herneus De Nadal, que saudou o homenageado em nome dos demais integrantes do TCE/SC, enalteceu a postura, imparcialidade e equilíbrio do então presidente do Supremo no julgamento do mensalão.

“Foi esse espírito, a um só tempo altivo e generoso... a mão mediadora do ministro Carlos Ayres Britto, que permitiram que a nossa Suprema Corte legasse aos brasileiros, muitos já desesperançados, o mais eloquente exemplo de altivez cívica e de respeito aos postulados da Justiça”, disse Nadal. O conselheiro lembrou, ainda, a lucidez e o alcance das decisões de Ayres Britto e a sua doutrina sobre questões atinentes ao controle externo. “Foi, seguramente, a mais abalizada voz a proclamar o caráter imprescindível e essencial das Cortes de Contas”, concluiu.

Ministro aposentado destaca papel das instituições públicas

“O exemplo é o que fica e o que ilumina.” A frase do ex-presidente do STF Carlos Ayres Britto resumiu seu posicionamento sobre o papel das instituições públicas brasileiras, durante sessão especial do Tribunal de Contas, na sede do órgão responsável pela fiscalização da gestão pública catarinense, em Florianópolis.

Homenageado com a Medalha do Mérito do TCE/SC, Ayres Britto defendeu que as instituições devem encarnar suas atribuições constitucionais. “Se as autoridades não cumprirem esse dever não terão futuro”, disse, ao reconhecer que as instituições brasileiras e os agentes públicos, depois de quase 25 anos da promulgação da Carta Magna, estão entendendo melhor seu papel fundamental no cumprimento do direito e da Constituição, assumindo a vanguarda na defesa dos destinos de toda a coletividade.

“Estamos vivendo um período auspicioso de compreensão das instituições públicas e privadas — notadamente as públicas — de que devem assumir o seu papel de locomotivas sociais”, reiterou o ministro aposentado do STF, que agradeceu a homenagem e enfatizou a missão essencial dos tribunais de contas na defesa da moralidade pública.





A Medalha do Mérito

Instituída pela resolução nº TC-07/2000, a condecoração constitui-se de medalha, barreta, distintivo e diploma, e destina-se a homenagear pessoas físicas ou jurídicas, nacionais e estrangeiras, que, no campo de suas atividades, tenham se distinguido de forma notável ou relevante, e contribuído, direta ou indiretamente, para a criação, o desenvolvimento e o aprimoramento do TCE/SC.

Foram agraciados com a Medalha do Mérito Tribunal de Contas: o ex-ministro do Tribunal de Contas da União, Ademar Ghisi; o ministro aposentado do STF, Luiz Octávio Pires e Albuquerque Gallotti; o conselheiro da Câmara de Contas de Madri (Espanha), Ramón Muñoz Alvarez; o ex-diretor geral da Câmara dos Deputados, Aldemar Sabino; o promotor de Justiça do Estado, Affonso Ghizzo Neto, idealizador da campanha “O que você tem a ver com a corrupção”; além dos ex-governadores de Santa Catarina, Ivo Silveira e Colombo Machado Salles, e de ex-presidentes da Corte de Contas catarinense.

DISCURSOS

Do presidente do TCE/SC, conselheiro Salomão Ribas Junior, no início da cerimônia

Hoje é um dia muito especial para o Tribunal de Contas e, ousado dizer, para o Estado de Santa Catarina, para a gente catarinense. Nós estamos aqui reunidos para um dia de celebração, celebração que pode significar exaltação, pode significar solenização, pode significar comemoração, mas é aquela celebração que exige de um povo que celebre os seus feitos, os seus atos, a sua gente, para poder se afirmar como tal e, por isso, estamos aqui reunidos para celebrar a amizade, para celebrar o respeito, para celebrar a admiração, para celebrar o reconhecimento.

Estamos aqui também para celebrar as virtudes de um notável brasileiro, a virtude da honestidade intelectual, da idoneidade moral, da humildade no trato com o próximo, da dedicação ao serviço público, da paciência na condução das grandes questões nacionais, da transparência no exercício das funções públicas. Estamos aqui para celebrar a vida de Carlos Ayres Britto, esse sergipano que de um berço

bastante humilde, do interior daquele pequeno Estado brasileiro, como nós aqui em Santa Catarina, um pequeno Estado da grande nação brasileira, deu passos enormes na construção de uma vida pública de raríssimas qualidades e que se corou com o exercício da magistratura na Suprema Corte e, mais do que isso, com a Presidência do Supremo Tribunal Federal.

Decidiu, por sua palavra, por seus pareceres, por seus votos, questões fundamentais para a vida brasileira, se não é demais eu ousar destacar aqui apenas duas: a sua defesa intransigente da liberdade de expressão e da liberdade de imprensa e, sobretudo, a sua defesa intransigente da moralidade pública na condução do processo denominado ‘Mensalão’.

Disse hoje pela manhã e repito aqui, esse processo teve a contribuição de muitas pessoas, do Ministério Público, do Supremo Tribunal Federal, do seu relator, ministro Joaquim Barbosa, do seu revisor, ministro Lewandowski, mas esse processo só chegou a bom termo pela paciência, pela firmeza, pela tenacidade e, sobretudo, por uma virtude excepcional do ministro Carlos Ayres Britto, que tem a virtude de descomplicar as coisas intrincadas.

Devemos a ele o lugar a que chegamos. Isso ao jurista. Devemos ao poeta muito mais. Ao poeta que nos disse que os juízes precisam ler mais poesias, romances e jornais para entender mais a realidade da sociedade. Ministro Ayres Britto, podemos dizer que

Enquanto a morte não vem
eu *capricho* na alegria
E quando a *morte* vier
Capricharei nela também,
foi o que me comprometi desde criança,
como suprema forma de me querer bem,

Parte dos versos notáveis do ministro Ayres Britto no exercício da poesia.

Sou muito grato, em nome do Tribunal de Contas, pela presença de tantas e tão importantes autoridades para vermos a entrega da Medalha do Mérito Tribunal de Contas, que foi outorgada pelo Plenário desta Casa pelos relevantes serviços prestados em prol do desenvolvimento e aperfeiçoamento das instituições de controle público de nosso país.

Do conselheiro Herneus De Nadal

Por generosidade de meus pares, coube-me a honra de saudar o ilustre homenageado, ministro Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto. Devo confessar, não é tarefa fácil. Não porque faltem motivos a inspirar este modesto orador. Mas porque são tantos os méritos e os atributos pessoais do homenageado que, certamente, por mais que eu possa esforçar-me, temo que minhas palavras não consigam expressar na sua inteireza o sentimento de respeito e de admiração que nutrimos todos por Sua Excelência.

Poderíamos começar pela sua trajetória acadêmica: desde o seu ingresso na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe até a conclusão do curso de doutorado em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mas isso seria pouco, muito pouco. A par do acadêmico brilhante, sua vida como profissional e como cidadão é exemplo que enobrece o país e inspira a todos os brasileiros.

Depois de passar pela advocacia, exerceu os cargos de Chefe do Departamento Jurídico do Conselho de Desenvolvimento Econômico de seu Estado, de Consultor Geral do Estado de Sergipe, de Procurador Geral de Justiça, e de Procurador do Tribunal de Contas. Foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal em 5 de junho de 2003, onde permaneceu até meados de novembro de 2012, depois de ter exercido a presidência do Tribunal Superior Eleitoral e da mais alta Corte de Justiça do país, o Supremo Tribunal Federal.

Jurista, conferencista renomado, filósofo e poeta, é uma das mentes mais iluminadas que temos entre nós. Se o tentasse, certamente tomaria largo lapso de tempo para enumerar as centenas de conferências e palestras que proferiu ao longo de sua carreira, todas trazendo o traço da serenidade, da inteligência aguçada, do senso crítico sagaz e respeitoso, da modéstia, do respeito humano e da inabalável devoção à Justiça.

Todos os brasileiros devem ainda manter na memória a postura elegante, de imparcialidade e equilíbrio com que conduziu, na condição de presidente do Supremo Tribunal Federal, o julgamento do rumoroso caso conhecido como “Mensalão”. Enquanto no calor dos debates, uns e outros se digladiavam, era ele, o ministro

Carlos Ayres Brito, que trazia o bálsamo da mansidão, atributo próprio da alma dos justos, que não sucumbem ao fragor das tempestades ideológicas ou doutrinárias nem às tormentas que, por vezes, fazem eclodir as vaidades humanas. E foi esse espírito, a um só tempo altivo e generoso, a mão mediadora do ministro Carlos Ayres Brito, que permitiram que a nossa Suprema Corte legasse aos brasileiros, muitos já desesperançados, o mais eloquente exemplo de altivez cívica e de respeito aos postulados da Justiça.

Por esse gesto edificante, e por outros tantos que patrocinou como juiz e como cidadão, muito lhe devem os brasileiros. Já se disse que o exemplo é inspiração. E que a inspiração é fonte de conquista. Vem daí que, em meio ao cenário eticamente árido e singelo da vida pública brasileira, o exemplo patrocinado por Vossa Excelência haverá que ficar como marco histórico de um novo começo, na sementeira da dignidade e da bem-aventurança que se espera para os dias de amanhã.

Mas, afora esse legado, que deixa para todos os brasileiros, nós, particularmente, integrantes do Tribunal de Contas, temos com Vossa Excelência débitos difíceis de resgatar. Não apenas pelos relevantes serviços que prestou na condição de Procurador do Tribunal de Contas do seu Estado natal. Mas, sobretudo, pela lucidez e alcance de suas decisões e da sua doutrina envolvendo questões atinentes ao controle externo.

Foi, seguramente, a mais abalizada voz a proclamar o caráter imprescindível e essencial das Cortes de Contas. Não como um simples órgão “acantonado na intimidade estrutural” do Legislativo, mas como instituição autônoma que, apesar do vínculo com o Poder Legislativo, atua fora dele, servindo a todas as instituições do país, como instrumento de construção da eficiência e da moralidade.

Recentemente nomeado presidente do Conselho Superior do Instituto Inovare, entidade responsável pelo desenvolvimento de projetos para pesquisa e modernização da Justiça brasileira, o ministro Carlos Ayres Britto, sem dúvida, é uma fonte de invulgar generosa inteligência, que muito ainda há de servir ao nosso país.

Cultor da paz e da beleza, da ética e dos valores mais caros em que se orientam a construção da dignidade da pessoa humana, suas palavras serão ouvidas e requisitadas em todos os quadrantes do Brasil. Seja uma conferência, um comentário, um conselho, uma palavra, um poema, um simples gesto, tudo o que emana da alma

de Sua Excelência representa um estímulo ao Bem, à Vida, à Concórdia, à Justiça e à Paz.

Não me parece lícito subtrair aos presentes, com minhas singelas palavras, a ventura ímpar de desfrutar de um mais alongado convívio com Sua Excelência. Permito-me apenas, a guisa de encerramento, evocar os versos luminosos do nosso homenageado, extraídos do poema “Conselho”, de sua autoria:

Namore bem com a vida
Deixe que ela seduza você
Permita-se ter um caso de amor com ela
Mas não pare por aí:
(...)
Faça tudo isso
e prove da vida
Como do néctar das flores prova o colibri
Sem se perguntar
se existe outro céu fora daqui.

Obrigado, senhores.

Do ex-presidente do STF Carlos Ayres Britto

Boa tarde a todas as pessoas presentes, a quem agradeço justamente pelo prestígio do comparecimento a esta cerimônia, que tanto me honra, me alegria e me emociona.

Eu me permito — e o faço igualmente honrado, feliz, emocionado — saudar as autoridades que compõem a mesa de trabalhos: excelentíssimo senhor conselheiro Salomão Ribas Junior, presidente do Tribunal de Contas de Santa Catarina, amigo querido de duas décadas, a quem também admiro no plano profissional, institucional e pessoal, e a quem agradeço por modo peculiar e superlativo, porque foi de sua

excelência a iniciativa de me conferir esta honraria. E na pessoa de sua excelência, conselheiro Salomão, eu cumprimento carinhosamente, honradamente e agradecidamente os demais conselheiros do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Um agradecimento também especial ao conselheiro Herneus De Nadal, que me fez uma saudação muito generosa, cativante, que me levou a refletir muito sobre a minha própria vida. Ele passou em revista praticamente a minha vida profissional e o fez com tintas generosas. Mas de fora, à parte as generosidades das tintas, eu fiz um retrospecto emocionado da minha própria vida. Agradeço muito as palavras, agradeço o carinho do eminente conselheiro Herneus De Nadal.

Saúdo o excelentíssimo senhor João dos Passos Martins Neto, procurador-geral do Estado de Santa Catarina, que aqui representa a sua excelência o governador Raimundo Colombo, peço-lhe transmitir ao senhor governador o meu abraço, também fraterno e agradecido.

Saúdo o excelentíssimo deputado estadual Joares Ponticelli, presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, que ainda há pouco me lembrou o fato que eu tenho como digno de registro que Santa Catarina é o único estado da federação que porta um nome feminino. Todos os outros são estados masculinos. E eu lembrava sua excelência que as nobres artes, as artes clássicas, todas também têm nomes femininos, a poesia, a pintura, a escultura, a dança e a música.

Saúdo o querido amigo pessoal, o desembargador Cláudio Barreto Dutra, que sempre me prestigia com seu carinho, sua amizade, sua presença em solenidades iguais a esta ou assemelhadas.

Excelentíssimo senhor José Galvani Alberton, procurador-geral de Justiça em exercício, também me permito dizer que na minha, já longa, trajetória de pessoa da terceira idade, e dizia a minha mulher: “Mas não é uma idade de terceira.” Rita, a quem eu saúdo, está aqui também presente. Eu passei também pela Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Sergipe e, como foi lembrado pelo eminente conselheiro Herneus, fui consultor-geral do Estado de Sergipe, que corresponde hoje à Procuradoria-Geral do Estado. Antigamente algumas procuradorias gerais de Estado se chamavam Consultoria-Geral.

Interrompo um pouquinho a leitura da nominata das autoridades, para já ir fazendo a guisa de agradecimento mesmo e de retrospecto, uma lembrança dos

cargos que exerci, das profissões que desempenhei. Fui advogado privado, fui professor universitário por trinta e três anos ininterruptos, fui procurador-geral de Justiça, procurador-geral do Estado, com o nome de consultor-geral, procurador do Tribunal de Contas por doze anos consecutivos, aprendi a admirar esta Casa a partir desse convívio maior, mais prolongado com ela, e, já em Brasília, eu tive a honra de passar pela presidência das duas Turmas do Supremo, a 1ª e 2ª Turmas do TSE, do próprio Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça.

Faço essa lembrança, não vaidosamente, podem acreditar, apenas para dar conta do meu gosto com o Direito, pelo meu envolvimento, o meu engajamento, a minha organicidade, digamos assim, quando se trata de cultuar o Direito, seja em teoria — por isso que escrevi alguns livros jurídicos e artigos e ainda hoje faço minhas conferências —, seja como operador jurídico. Eu tenho com o Direito uma profunda identidade e uma honra muito grande de cultuá-lo e de praticá-lo.

Portanto esse passar em revista a minha trajetória de vida acadêmica e profissional não é nenhum impulso de vaidade pessoal, apenas exatamente para dar conta desse meu gosto com as coisas do Direito que tenho feito. E, no âmbito do Judiciário, quanta honra servir ao Poder Judiciário, ser membro do Poder Judiciário, eu já experimentara a honra de ser procurador-geral do Estado, de ser procurador-geral de Justiça, de ser membro dos Tribunais de Contas, escrevo sobre os Tribunais de Contas, faço conferências, reverencio os Tribunais de Contas pelo seu papel essencial como órgão de controle externo e moralizador dos costumes públicos brasileiros.

Mas no Judiciário do meu país eu me identifiquei, por um período também longo, um pouco mais, porque o Judiciário, assim como tudo afunila para o Direito, no Judiciário tudo afunila para ele quando as questões, as contendas, as controvérsias, não se resolvem amigavelmente, então a vontade decisória do Estado, em última análise e até irrecorrivelmente percorridas todas as instâncias, essa vontade judiciária decisória do Estado é encarnada pelo Poder Judiciário.

Eu tive uma honra muito grande de conviver com a magistratura brasileira e de reverenciá-la e de enxergar na magistratura brasileira uma das melhores do mundo em qualidade técnica, ética e democrática. Há desvios, há disfunções, são pontuais, meramente pontuais. No atacado, o Poder Judiciário brasileiro é digno

de toda a admiração e a nação brasileira pode se orgulhar do seu Poder Judiciário assim como se orgulha da sua Constituição. Por isso, que a presença do senhor presidente do Tribunal de Justiça aqui hoje é, sobre modo, honrosa para mim.

Excelentíssimo senhor João Pinto Semedo, procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da República de Cabo Verde, já estivemos juntos hoje pela manhã, renovo as minhas homenagens, eminente procurador.

Excelentíssima senhora Gisele Pereira Alexandrino, desembargadora-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região.

Excelentíssimo senhor Márcio de Sousa Rosa, procurador-geral do Ministério Público de Contas junto ao TCE de Santa Catarina.

Excelentíssimo senhor Túlio Cavallazzi Filho, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Eminente presidente Túlio, eu também fui da OAB Federal, Conselho Federal, por dois mandatos consecutivos, e fui membro da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB, igualmente Federal, Conselho Federal, também por dois mandatos consecutivos. Tenho toda a identidade com a Ordem e continuo a ver na advocacia mais do que uma função essencial à justiça, justiça como jurisdição, um porta-voz qualificadíssimo da própria sociedade civil.

Excelentíssimo senhor conselheiro César Filomeno Fontes, corregedor-geral do Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Excelentíssimo senhor professor Juarez de Freitas, que preside o Instituto Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público. Vossa Excelência tinha mesmo que presidir um Instituto de Altos Estudos, não pela elevada estatura física de Vossa Excelência, naturalmente, mas pela sua elevada estatura intelectual, moral, cívica. Vossa Excelência é um acadêmico, é um cientista do Direito, e ainda hoje nos brindou a todos com uma conferência magnífica, magistral, sobre sustentabilidade como obrigação no plano da sua observância, seja na instauração dos processos licitatórios, seja na celebração dos posteriores e eventuais contratos administrativos.

Também quero saudar pessoalmente o querido amigo Paulo Gallotti, eminente ministro do Tribunal Superior de Justiça. Voltou para Santa Catarina e hoje exerce a advocacia e a consultoria jurídica.

Todas as outras pessoas que se encontram aqui, os advogados, os servidores da Casa, os próprios auditores e procuradores que também se fazem aqui presentes, os

jornalistas, queiram todos receber o meu abraço mais carinhoso, mais afetuoso, e se sintam também nominalmente citados.

Eu recebo este prêmio, esta honraria, a comenda, o título do Tribunal de Contas de Santa Catarina de honra ao mérito, com muito gosto, muito prazer, muita honra. Estamos vivendo um período de mais autenticidade institucional. A era que atravessamos me parece institucionalmente auspiciosa. Estamos vivendo uma época de compromisso institucional nas instituições públicas e privadas. Notadamente as públicas, me refiro especialmente a elas. Estamos vivendo uma quadra em que as instituições assumem seu papel de locomotivas sociais, de luzeiros, todas buscando, cada vez mais, cumprir seus desígnios jurídicos a partir da Constituição, sobretudo aquelas que têm uma matriz, um berço eminentemente, castamente constitucional, virginalmente constitucional: as assembleias legislativas e o Poder Legislativo como um todo, os tribunais de contas, as procuradorias de contas, as auditorias, os tribunais de justiça, o Ministério Público, as defensorias públicas. Mais e mais são instituições que se assumem como condutoras dos destinos mais elevados do país.

As vaidades hoje retrocedem. O sentimento de vaidade hoje se torna menor no âmbito das instituições, porque o que aflora no círculo, no espaço das instituições, é o senso mais agudo e mais denso de institucionalidade, de compromisso institucional. Cada profissional ou membro de uma instituição mais e mais se sente no dever de agregar valor a ela, à sua instituição, de servi-la da melhor maneira possível, para que a instituição cumpra o seu papel de vanguarda, de liderança, de condução dos destinos mais altos de toda a coletividade. Isso sobremodo me agrada.

Conversava ainda há pouco com o professor Juarez Freitas sobre esse fenômeno que salta hoje à inteligência, à vista de todos nós, como que comemorando efusivamente o primeiro quarto de século de vida da gloriosa Constituição Brasileira de 1988. É uma Constituição redentora no sentido de que ela resgata aqueles valores ocidentais mais civilizadamente comprometidos. Esses valores... Com o valor dos valores, o cântico dos cânticos em uma linguagem bíblica, que é a democracia. Nós estamos fazendo vinte e cinco anos de democracia sob a égide, o pátio, como se dizia antigamente, a luz maior da Constituição Brasileira.

O Supremo Tribunal Federal tem sido elogiado, reconhecido, nos últimos nove, dez anos, em torno disso. Sempre foi elogiado, mas um pouco mais porque ele se

aproximou muito da sociedade. O Supremo se tornou uma Casa de fazer destino, e de fazer o destino nacional.

Saúdo também Thiago Carriço com muito prazer, com muito carinho, querido amigo. O professor Rodrigo também está ali, estou a divisá-lo estendo meus cumprimentos pessoais.

O Supremo Tribunal Federal se tornou uma Casa de fazer destino, como todo o Judiciário brasileiro vem fazendo paulatinamente, porque vem cumprindo mais e mais a Constituição. O Judiciário, a partir do Supremo, percebeu que o seu dever maior é com o maior documento — a Lei Maior, Máxima Lei do Ordenamento, que é a Constituição —, assim como a glória para uma pessoa totalmente do bem, eticamente, espiritualmente, civicamente, democraticamente, assim como a glória para essa pessoa é não precisar ser senão o que ela é. Não é preciso ser mais nada, basta ser o que se é. Isso é a própria glória.

O Judiciário compreendeu que ele só precisa cumprir a Constituição. Eu contei uma história no dia da minha posse, não quero alongar muito este discurso de agradecimento, mas eu não me canso de repetir esse episódio que experimentei, que vivenciei. Eu estava com a minha esposa, aqui presente, Rita, e com o nosso filho mais velho voltando de um restaurante, e encontramos um morador de rua que eu já conhecia, um homem marcante, até bonito fisicamente, alto, um misto de brasileiro e árabe, e de olhos negros penetrantes, altivo sem ser arrogante, e, em voz clara, sonora, ele disse para mim: “Ministro!”, me reconheceu. “Ministro Ayres Britto”, ainda chamou pelo nome, “Ministro Ayres Britto, como o senhor vê eu estou tomando conta do seu carro para que ninguém prejudique, danifique o seu patrimônio”, qualquer coisa assim. Eu agradei e procurei uma gorjeta, como nós dizemos, para recompensá-lo. Não encontrei. Eu não tinha, minha mulher também não, meu filho menos ainda. O cartão de crédito leva a isto: a que ninguém ande habitualmente com o dinheiro nos bolsos. Não tive outra saída, disse-lhe: “Olha, como o senhor vê só me resta lhe agradecer. Eu vou lhe ficar devendo”, e repeti: “Desta vez eu vou lhe ficar devendo.” E ele retrucou assim, sem pestanejar: “Ministro, o senhor não me deve nada, basta cumprir a Constituição.”

Eu achei isso uma experiência notável. Como é que um homem comum do povo, um morador de rua ali abandonado à própria sorte, padecendo de todas as

necessidades, quem sabe dividindo com a própria sarjeta as suas últimas sobras de ser humano porque deve estar passando. Nunca mais o vi, devia passar por necessidades, por provações inadmissíveis. Para esse portador de toda dignidade inata, que é o ser humano em si, manda que cumprisse a Constituição: “(...) basta cumprir a Constituição.”

Eu acho que as instituições brasileiras, presidente Salomão Ribas, as instituições brasileiras, os agentes públicos brasileiros, estão finalmente compreendendo que este é o seu inarredável e único digno papel: cumprir o direito a partir da Constituição. A Constituição já fez todas as ponderações axiológicas, todas as valorações de interesses, todos os interesses juridicamente qualificados. Todos os valores juridicamente positivados de maior envergadura já estão ali na Constituição, por desdobramento do Direito Infraconstitucional.

Ora, o que nos cabe? E Vossa Excelência falou em descomplicar. O que nos cabe é descomplicar a nossa vida de profissionais do Direito. Como descomplicar? Aplicando a Constituição, fazendo o dever de casa, fazendo a lição de casa, que é o cumprimento do Direito a partir da Constituição. E evidente que, fazendo a lição de casa, nós estaremos dando o que mais conta para a nossa autoestima ficar no ponto e para irradiar, suscitar, estimular comportamentos coletivos, e até comportamentos familiares dentro da nossa própria casa! Dever de casa é o exemplo pessoal.

A sociedade hoje é igualzinha aos nossos filhos. Os nossos filhos não aceitam mais sermão, não aceitam mais palavreado, não aceitam. Eles sabem quando nós somos autênticos e, assim, encurtamos a distância entre o nosso discurso e a nossa prática, e quando somos apenas fariseus. Dizemos no nosso não verbal: “Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço.” A palavra é uma coisa, o comportamento é outra. Então a sociedade não aceita mais hipocrisia, a sociedade não aceita mais impunidade. A sociedade cansou e exige dos seus homens públicos, dos seus representantes maiores, o irrestrito cumprimento dos respectivos deveres. Por que, para isso, é que nós tomamos posse nos nossos cargos e até assinamos solenemente um documento, um compromisso formal? O ato de posse é isso. Então o exemplo é o que vinga, é o que fica, é o que ilumina caminhos.

Eu termino dizendo que já fui católico, continuo religioso no sentido de religião é religação da criatura ao criador. Sou, digamos assim, criacionista, mais do que da-

rwinista. Mas não tenho mais nenhuma confissão em particular, confissão religiosa. Mas admiro sobremaneira duas pessoas. Uma é o Buda, que, para mim, foi um iluminado: oriental que fazia o que pregava. Basta lembrar que ele foi um príncipe. Só para ele, o seu pai “o dele, Buda”, governante coroado, construiu três palácios, e Buda rompeu com tudo, com toda a pompa. Eu não estou pregando aqui voto de pobreza. Não, não é isso. Mas o fato é que ele abdicou de uma vida nababesca. Podia descansar até o fim da sua vida no conforto da maior tranquilidade material, patrimonial. Abandonou tudo e foi cultivar a própria espiritualidade e conviver com as pessoas no plano do serviço permanente. Foi um questionador, um revolucionário do pensamento e da ação. Uma das frases dele mais notável é esta: “Não acredite em certas coisas só porque a sociedade diz que é assim, não acredite em certas coisas só porque as sagradas escrituras dizem que é assim, não acredite em certas coisas só porque eu estou dizendo que é assim, a menos que você experimente, siga duvidando até o fim.” Foi um precursor de São Tomé. Ele propugnava pelo pensamento crítico porque só o pensamento crítico é libertário, é emancipatório de mentes e de espíritos.

E a segunda pessoa é Cristo. Eu vou invocar o nome de Cristo para me despedir agradecidamente e emocionadamente. Por quê? Porque Cristo, além das sábias lições que pregou — “Deixai vir a mim as criancinhas, porque delas é o reino do céu” —, Cristo monumentalizou o amor, fez do amor o seu mote existencial por excelência. “Amai ao próximo como a vós mesmos”, isso era o que ele dizia. Mas ele conseguiu ser autêntico até na hora da morte, ele se despediu dessa vida de aquém túmulo, como diria Guimarães Rosa, ali, pleno de dor, de sofrimento, de humilhação, de sevícias, de maus tratos, o sangue lhe jorrando aos borbotões, em cascata. Ele se despediu da vida dizendo: “Pai, perdoai-os porque não sabem o que fazem.” Ou seja, pleno de dor ele permaneceu pleno de amor. E autenticidade é isso, é quando a gente se torna a encarnação do próprio discurso.

E é o que se está vendo hoje. Eu sinto isso na sociedade brasileira. As instituições encarnando o seu papel e as autoridades públicas se compenetrando mais e mais de que se não encarnarem o seu papel constitucional, elas não têm futuro, porque o futuro está no exemplo, no cumprimento irrestrito do próprio dever, mas um dever que se cumpre com alegria, com emoção e com gratidão.

Muito obrigado.

Do presidente do TCE/SC, conselheiro Salomão Ribas Junior, no encerramento da cerimônia

Eminente ministro Ayres Britto, peço que aceite uma vez mais os agradecimentos do Tribunal de Contas de Santa Catarina pela bondade de ter aceitado a homenagem de que outorgamos e de ter podido dar um pouco do seu tempo extremamente precioso para conviver conosco nesta cerimônia.

Leve daqui a certeza, torno o dizer, da nossa admiração, do nosso respeito e da amizade que todos nos sentimos capazes de ter com relação a Vossa Excelência, pela forma com que nos trata, se comunica, com que faz o seu magistério.

Foi uma honra para o Tribunal de Contas receber tantas pessoas ilustres: da vida acadêmica, da magistratura, do Ministério Público, da advocacia, do funcionalismo público. Entre estes, eu destaco o agradecimento ao Dr. João dos Passos Martins, procurador-geral, representante do governador Raimundo Colombo; ao deputado Joares Ponticelli, presidente do Legislativo Estadual; ao desembargador Cláudio Dutra, presidente do Poder Judiciário; ao Dr. Túlio Cavalazzi, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil; e às demais autoridades da magistratura e da vida pública e acadêmica que integram esta mesa.

Nós temos aqui inúmeros admiradores seus: de desembargadores em atividade, aposentados, ministros, servidores do Tribunal de Contas. Enfim, que bom poder tê-los todos aqui quando prestamos esta homenagem ao ministro Ayres Britto.

Muito obrigado a todos.

MEMORIO

TRIBUNAL

DE SANTA CRUZ

ÓRIAS

DE CONTAS

CATARINA

MEMÓRIAS

TRIBUNAL DE CONTAS
DE SANTA CATARINA



TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA